

Didática

PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Dilma Vana Russeff
MINISTRO DA EDUCAÇÃO: Fernando Haddad

SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA COORDENAÇÃO DE
APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR- CAPES
João Carlos Teatini de Souza Clímaco

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
UNICENTRO

REITOR: Vitor Hugo Zanette
VICE-REITOR: Aldo Nelson Bona
PRÓ-REITORA DE ENSINO: Márcia Tembil
COORDENADORA UAB/UNICENTRO: Maria Aparecida Crissi Knüppel
COORDENADORA ADJUNTA UAB/UNICENTRO: Margareth Maciel
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DIRETOR Carlos Eduardo Schipanski
VICE-DIRETORA: Maria Aparecida Crissi Knüppel

EDITORA UNICENTRO
CONSELHO EDITORIAL: Mario Takao Inoue, Beatriz Anselmo Olinto, Carlos de Bortoli,
Hélio Sochodolak, Ivan de Souza Dutra, Jeanette Beber de Souza, Jorge Luiz Favaro,
Luiz Gilberto Bertotti, Maria José de P. Castanho, Márcio R. Santos Fernandes,
Maria Regiane Trincaus, Mauricio Rigo, Raquel Dorigan de Matos, Rosanna Rita Silva,
Ruth Rieth Leonhardt e Sidnei Osmar Jadoski.

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO DO CURSO
PEDAGOGIA A DISTÂNCIA:
Marisa Schneckenberg; Nelsi Antonia Pabis; Rejane Klein; Sandra Regina Gardacho
Pietrobon; Michelle Fernandes Lima;
Anizia Costa Zycy.

COORDENADORAS DO CURSO: Marisa Schneckenberg e
Rejane Klein

ANIZIA COSTA ZYCH

Didáctica

COMISSÃO CIENTÍFICA: Marisa Schneckenberg; Nelsi Antonia Pabis; Rejane Klein; Sandra Regina Gardacho Pietrobon; Michelle Fernandes Lima; Anízia Costa Zyck.

REVISÃO ORTOGRÁFICA
Sandra Regina Gardacho Pietrobon
Loremi Loregian Penkal

CAPA
Espencer Avila Gandra

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO
Amanda Lima
Andressa Rickli
Espencer Avila Gandra
Natacha Jordão

EDITORA UNICENTRO
Imprensa Oficial do Estado
450 exemplares

EDITORA UNICENTRO

Catálogo na Publicação
Fabiano de Queiroz Jucá – CRB 9 / 1249
Biblioteca Central – UNICENTRO

Zych, Anízia Costa
Z99d Didática / Anízia Costa Zych. – – Guarapuava: Ed. da Unicentro,
2010.

100 p. - (Coleção Pedagogia: saberes em construção)

ISBN 978-85-7891-097-6

Bibliografia

1. Religiões – história. 2. Religião na Antiguidade. 3. Religiões
ocidentais. 4. Religião – Brasil. I. Título.

CDD 371.3

Sumário



Apresentação	07
Capítulo 1	
Os fundamentos da Didática	15
Capítulo 2	
Educação, ensino e aprendizagem	27
Capítulo 3	
A escola e suas finalidades	43
Capítulo 4	
O planejamento de ensino e avaliação	69
Considerações finais	97
Referências	99



Apresentação

A disciplina de Didática compõe a grade curricular do Curso de Pedagogia da UNICENTRO, Campus de Irati, com carga horária de 68 horas semanais, desenvolvida no 1º ano. Caracteriza-se como a articuladora das condições de ensino e aprendizagem no processo educativo, constituindo-se disciplina obrigatória nos cursos de formação de professores.

A Didática configura-se como uma disciplina de caráter teórico-prático preocupada com a qualidade do trabalho pedagógico. Portanto, distingue-se pelo estudo sistemático do processo de aprendizagem e tem como objeto o ensino, como fenômeno específico resultante da interação professor-aluno. Seu principal objetivo é investir na melhoria da qualidade do ensino, propondo diretrizes para a organização da ação pedagógica, considerando a otimização da aprendizagem.

Desta forma, a Didática busca articular a teoria e a prática, com a finalidade de construção da base sociopolítica e pedagógica do ensino.

Preocupa-se, portanto, em assegurar uma sólida construção da integralização dos fundamentos educacionais, sob a visão crítica da realidade contextual, extraindo seus conteúdos da prática social para garantir a elaboração de uma ação eficaz do professor, como suporte à aprendizagem do aluno.

A formação profissional do professor é orientada no sentido de contribuir com o desenvolvimento das novas gerações, priorizando a elevação do nível de conhecimento, como compromisso do educador, no desenvolvimento de ações pedagógicas capazes de nutrir satisfatoriamente as questões do universo educacional.

Todos os educadores encontram-se envolvidos em processos educativos, na relação com elementos hegemônicos e contra-hegemônicos; interagindo com desafios inesperados, que exigem, além do conhecimento, grande destreza mental para responder às solicitações que desafiam seus saberes. A partir desta compreensão, a educação é vista como um processo construído sob a ótica da reflexão e que o sujeito se constrói no processo sócio-histórico, num organismo dinâmico que, continuamente, se confronta com questões inesperadas, envolvendo a problematização, a discussão e a tomada de decisão no decorrer da prática pedagógica.

O desafio que se apresenta à disciplina de Didática consiste em aprofundar reflexivamente a compreensão do processo de ensino, levando o professor a uma atuação crítica, considerando a possibilidade de novos posicionamentos, provocados pelos paradigmas emergentes da prática social.

A partir deste pressuposto é que o professor realiza seu trabalho, interagindo com a realidade social, pautado nas possibilidades intelectuais de seus alunos. É certo que o educador precisa resignificar sua intervenção com a reorganização de seu trabalho quando se fizer necessário, considerando o desenvolvimento de procedimentos metodológicos que permitam, aos alunos, adquirir disciplina intelectual, assim como assimilar hábitos de estudo e compromisso com o saber.

À medida que busca aprofundar sua compreensão referente à Didática, o professor toma consciência da relevância de posicionar-se junto ao educando, levando-o a valorizar o ensino para que possa se apropriar efetivamente dos conhecimentos, por meio da aprendizagem escolar. Assim, sendo orientado pelo professor, poderá o aluno administrar a aplicação do resultado da cognição em seu cotidiano e melhorar a própria existência, estabelecendo relações mais significativas em sua interatividade, adquirindo o necessário encorajamento, a fim de operacionalizar as mudanças benéficas a sua autorrealização.

Diante do exposto, é importante, ao sucesso do aluno, interagir favoravelmente com o conteúdo sociocultural do contexto em que se desenvolve a aprendizagem. Cabe ao professor manter-se atento às reais exigências da classe, estando consciente de suas responsabilidades como educador, para poder adotar procedimentos que tornem seus alunos mais ativos, participativos e esclarecidos das questões relacionadas à educação.

Torna-se emergente situar a Didática como disciplina capaz de orientar o educador a construir e reconstruir a prática docente, sob a revisão dos novos paradigmas educacionais, dando um redimensionamento ao seu compromisso de formador. Estará voltando seu interesse para a prática social, aproximando, por intermédio da pesquisa, o exercício da docência dos diferentes segmentos da sociedade, no intuito de buscar as respostas corretas às necessidades fundamentais da educação na atualidade. Certamente, esta será uma autêntica oportunidade para que, enquanto pesquisador, possa demonstrar a capacidade de enfrentar e superar desafios, tendo uma noção abrangente da realidade com a qual interage.

Na perspectiva educacional, a visão e o conhecimento das dimensões do mundo exterior tornam-se importantes e necessárias para que a comunidade escolar possa estabelecer relações mais efetivas com a realidade. Também colabora para que os alunos possam formar suas ideias adequadamente, no sentido de ampliar suas idiosincrasias, potencializando suas condições de manifestar o aprimoramento do saber, do conhecimento e da cidadania.

A Didática contemporânea destaca a relevância da investigação pedagógica, cujos saberes, colocados em prática, são extraídos de questões e desafios que emergem da realidade da sala de aula, da existência do educando, estando baseados em critérios verdadeiros, vinculados à prática social. Trata-se, portanto, de uma abordagem concretizada para definir uma intervenção pedagógica, capaz de mudanças reais voltadas à reflexão dos problemas observados no decorrer do processo pedagógico, como ação educativa.

Como já é consenso, todas as questões decorrentes da prática social têm reflexo na vida escolar, repercutindo diretamente no processo educativo. Assim, a integralização dos conhecimentos, a compreensão, a globalização da aprendizagem são fenômenos que, por suas condições estruturais e orgânicas, atuam a partir dos estímulos ambientais, interferindo nos resultados da aprendizagem.

Portanto, a Didática explicita sua função, orientando o professor nas ações que se efetivam a partir do relacionamento entre o ensino e a aprendizagem, para significar a funcionalidade e a eficiência do processo. Desta forma, ela é capaz de operacionalizar a ação pedagógica de modo que a aprendizagem provoque as mudanças necessárias no comportamento do educando, tornando-o consciente da relação dos conteúdos com a sua vida, com a realidade na qual está inserido, bem como com o universo dos conhecimentos acumulados pela humanidade.

Sendo capaz de se reconhecer-se enquanto sujeito da própria educação, indenticando-se como o principal responsável pela sua formação, o aluno também poderá descobrir que não basta apenas reter informações de forma mecânica e/ou automaticamente. É preciso agir sobre os fatos, sobre os acontecimentos, para apropriar-se de valores capazes de fundamentar, sabiamente, sua tomada de decisão.

Segundo Rogers (1997, p. 9) "O único homem que se educa é aquele que aprendeu como se adaptar e mudar; que se capacitou de que nenhum conhecimento é seguro, que nenhum processo de buscar conhecimento oferece uma base de segurança."

Diante do exposto, é possível acreditar que as ideias só avançam a partir das mudanças introduzidas pela educação, em relação à tomada de consciência para a necessidade da educação continuada, estando o educando atento aos fatos e a suas exigências, optando pela ressignificação de valores, ideais e compromisso de vida. Nessa perspectiva, o conhecimento, adquirido por meio de uma sequência disciplinada de interações, poderá mudar o rumo de sua formação, enquanto cidadão capaz de pensar e tomar decisões inteligentes.

O conhecimento, portanto, refere-se à resposta daquilo que foi apreendido, ou seja, o educando é que vai elaborando a sua verdade. Compreende-se, desta forma, que a educação é o fenômeno em contínuo processo de ressignificação que ocorre em espaços de estruturação/reestruturação do ato pedagógico. Assim, a didática precisa aprender a lidar com o novo, com o inesperado, com o imprevisível, ou seja, adaptar-se para trabalhar com o inédito, fazendo hábeis e sábias adequações.

O trabalho pedagógico remete a um efetivo compromisso com o homem, com o universo e com a vida, compreendendo ser a educação verdadeiro processo de humanização. Deste modo, tem como objetivo descobrir as formas mais adequadas para que os indivíduos assimilem os elementos culturais essenciais a sua existência. Portanto, cabe-lhe identificar os elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos, a fim de que se tornem plenificados, enquanto humanos.

Aprofundando estudos em relação às controversias da Didática, crise e identidade, Silva (1995) explicita sua preocupação com a prática pedagógica em seus diferentes níveis de ensino e, mais especificamente nos cursos de formação para professores, com vistas à transformação da escola e da sociedade, pois o trabalho educativo constitui-se no ato de produzir, em cada indivíduo, a humanidade que é produzida historicamente pelos homens. Veiga (1991) referencia entre os pressupostos epistemológicos de uma metodologia de ensino, muito mais

que o conhecimento estrutural dos métodos, vinculando a incorporação dos conhecimentos às perspectivas sócio-educacionais, configurando as possibilidades didáticas às educativas e, estas, ao contexto sociocultural, como ponto essencial à valoração do conteúdo escolar.

Abordagem inicial da disciplina

Com a reestruturação educacional, contemplando a implantação de uma política da autonomia escolar, a participação dos educadores, nas decisões referentes ao exercício competente da docência, evidencia a necessidade de uma sólida formação profissional, considerando as exigências que emergem do contexto social.

Essas exigências solicitam um perfil diferenciado do educador que, uma vez inserido no contexto sócio-histórico-político-econômico e cultural, constitui-se no profissional articulador da ação docente. Enquanto responsável pela formação competente das novas gerações, atenta à funcionalidade da educação em todos os seus níveis, a escola se propõe a difusão do conhecimento, sustentada pela compreensão histórica dos processos de formação humana.

A preocupação educacional da Didática, centrada na compreensão crítica da proposta pedagógica, estará interconectada às questões da prática social, num movimento de ação-reflexão-ação, sendo o professor o principal intermediador dessas novas configurações. Desta forma, deverá ele buscar os fundamentos científicos, culturais e crítico-reflexivos capazes de garantir uma formação adequada à compreensão da realidade.

Considerando a necessidade de construção de novas práticas pedagógicas, a Didática tem se constituído na disciplina integradora que, em caráter contínuo, contribui com uma atuação específica, voltada à educabilidade. A compreensão do trabalho docente, a forma como se organiza, planeja e conduz o trabalho escolar, traduz o ensejo do exercício profissional capaz de contribuir com a ampliação e o fortalecimento de atitudes éticas e de conhecimentos.



Trata-se de uma disciplina teórico-prática, que tem como finalidade buscar o conhecimento da realidade educativa, por meio de estudo, análise e reflexão, com a proposição de melhoria das ações, para que o processo de ensino-aprendizagem se efetive de maneira sólida e eficientemente. A integração das funções didáticas torna possível um posicionamento sistemático, crítico e criativo sobre a realidade do ensino-aprendizagem, bem como a elaboração, execução e avaliação de projetos e programas educativos, não apenas nas salas de aula, mas também no espaço escolar em toda sua amplitude e, ainda, nos demais ambientes sociais disponibilizados.



Capítulo 1

Os fundamentos da Didática

1.1 Características da Didática

A Didática preocupa-se com a sistematização do saber, objetivando estabelecer as condições necessárias para atender o movimento de transformações que fundamentam suas relações na prática social, considerando os modos de produção, o desenvolvimento humano e a formação individual do educando. Compõe uma área do conhecimento humano, cujo estudo caracteriza a pluralidade do ato educativo.

Diferentes autores têm-se dedicado aos estudos da Didática. De Comênio (1957) a Paulo Freire (1996), encontrou-se em sua trajetória pedagógica, uma variedade de circunstâncias na organização do processo relacionado às teorias e às práticas pedagógicas. Gasparin (2007) destaca a grande contribuição de Comênio no campo pedagógico, com suas ideias universalmente divulgadas para a construção de um novo tempo.

A Didática constitui-se na disciplina integradora dos conhecimentos teóricos e práticos voltados à formação profissional do professor, tendo em vista, a melhoria da qualidade dos resultados das intervenções educativas, distinguindo como seu objeto de estudo, o processo de ensino-aprendizagem.

Como mediadora da ação educativa, a Didática busca centrar sua atenção na dimensão humana do trabalho docente, constituindo-se o centro configurador das intenções pedagógicas, sem desconsiderar o componente efetivo das demais disciplinas, que deve permear toda a dinâmica desse processo. Cabe-lhe a conversão dos objetivos sócio-políticos e pedagógicos do ensino, bem como, a preocupação com o estabelecimento de vínculos entre a forma como são disseminados os conteúdos de ensino e a qualidade das apropriações que se efetiam na aprendizagem, visando o desenvolvimento das capacidades mentais do aluno em busca de mudanças comportamentais, entendidas como necessárias à melhoria de sua formação.

Portanto, compreende-se a Didática como uma ação humana e humanizadora, básica para a intermediação do processo de ensino-aprendizagem, que pode ser compreendida no espaço sócio-educacional, como a responsável por reestruturações e aperfeiçoamentos equivalentes à otimização do ensino e ao sucesso da aprendizagem.

O fundamento da vida do aluno como sujeito da educação e membro da sociedade é que deve inspirar e fundamentar toda a ação da Didática. Compreende-se que a mesma interage com as transformações que ocorrem na sociedade, e, se refletem na escola, pela mediação do processo educativo, conjugado à interdependência entre as instituições. Desta forma, o contexto da prática social é que orienta as mudanças projetadas na escola e que se reorganizam, conforme suas exigências, sob um procedimento dinâmico, inter-relacional.

Nesta perspectiva, torna-se imprescindível que os educadores nutram a formação das novas gerações subsidiando as suas capacidades intelectuais, estimulando a compreensão crítica da realidade, sob um contínuo processo de questionamento e reflexão do movimento que se observa no entorno da instituição escolar.

As dúvidas, as preocupações na escola são frequentes e, em sua maioria, dizem respeito a dificuldades relacionadas à compreensão dos conteúdos das disciplinas. A atenção do professor para equacionar as incompreensões do aluno é uma importante maneira de se reverter a

situação e evitar que o mesmo acabe desestimulado a enfrentar os desafios para se dispor a aprender.

Por vezes, o paradigma do conflito permeia as relações que se estabelecem no recinto escolar em geral e na sala de aula, de modo específico, caracterizando o fenômeno da interatividade como uma relação de expressivo valor social, tanto para alunos como para professores, razão pela qual a educação desempenha um papel relevante na sociedade de modo geral e, de modo específico, na formação do cidadão.

A atividade educativa pressupõe a credibilidade na potencialidade humana, concentrando esforços para a emancipação intelectual do aluno e estimulando sua capacidade de investir no desenvolvimento dos próprios talentos. Interage buscando, por meio da disseminação dos conteúdos, a elevação da qualidade de vida dos educandos, sob o aprimoramento das competências pessoais, objetivando a evolução social, fundamentada na autorreflexão.

Portanto, o processo educativo implica na preservação e mudança sociocultural, desafio que impõe sérias reflexões aos educadores, para rever suas posturas, no combate à alienação cultural, à exclusão escolar e à discriminação sociocultural. Pode, desta forma, o educador interagir, operacionalizando a transformação da sociedade, buscando o ajustamento das ações dos cidadãos aos paradigmas da contemporaneidade.

A Didática está intrinsecamente relacionada à interconectividade das ideias pedagógicas das relações humanas, que fundamentam o processo educativo que se desenvolve na escola, convalidando os recursos necessários à prática do processo de ensino-aprendizagem. Desta forma, é por intermédio da ação docente que o professor deve buscar compreender, animar e sensibilizar o aluno para apropriar-se do conhecimento. Intermediando o fenômeno educativo, o professor ainda preconiza estabelecer mecanismos para desenvolver as condições de relação interpessoal, capacitando-o ao enfrentamento das situações que o desafiam em sua cotidianidade.

A escola configura-se como o espaço privilegiado, como organização capaz de promover o desenvolvimento humano, a melhoria da qualidade de vida e o sentido de agregação e pertencimento sociocultural do aluno, tornando-o capaz de intervir no contexto, como cidadão atuante e apto a operar mudanças. A partir desta concepção, compete à Didática orientar os encaminhamentos do processo educativo, no sentido de desencadear um diálogo formador entre o aluno e o conhecimento, mediado pelo professor, abrindo espaço para que o aluno possa desempenhar sua função educativa, analisando o sentido e/ou função que a escola deve exercer na sociedade contemporânea, enfrentando os desafios que necessita superar para assegurar a própria autonomia.

1.2 Concepções históricas e contemporâneas da Didática

A Didática é um ramo da Pedagogia, é uma disciplina voltada às questões do ensino e da aprendizagem, preocupa-se em tornar a ação do professor mais consciente e eficiente possível, ao mesmo tempo em que busca intervir de forma interessante, proporcionando proveitosas experiências educacionais aos alunos, com o objetivo de que estes possam adquirir a competência para aprender a aprender.

O termo Didática origina-se do vocábulo grego, *didaktiké*, que etimologicamente quer dizer: a arte de ensinar. O termo foi empregado, pela primeira vez, em 1690, por Wolfgang Ratke Ratichius (1571-1635), em seu livro *Aphorismi didactici precipui (Principais aforismas didáticos)*. Entretanto, o termo foi consagrado por João Amós Comenius (1592-1670), em sua obra *Didática Magna*, publicada em 1657.

A *Didática Magna* ou a *Grande Didática* contém as teorias educacionais de Comenius, que faz uma tentativa de criar a ciência da educação. Ele foi pioneiro na aplicação de métodos que despertassem e ampliassem a experiência do cotidiano, elevando o interesse do aluno. Pela repercussão de suas ideias, Comenius é considerado o pai da Didática, ele foi o primeiro educador a formular a ideia da difusão dos

conhecimentos a todos e a criar princípios e regras do ensino, que se tornam presentes na educação contemporânea.

Inicialmente, a Didática foi entendida como a arte de ensinar e, por este motivo, esteve relacionada ao jeito de ensinar, à intuição do professor. Mais tarde, passou a ser conceituada como ciência e arte de ensinar, preocupando-se em realizar pesquisas visando encontrar melhores formas de ensinar. Portanto, é ciência enquanto pesquisa e experimenta novas técnicas de ensino. É representada pelo conjunto de técnicas, por meio das quais se realiza o ensino. Em sentido prático, ela reúne e coordena todos os resultados das ciências pedagógicas, a fim de tornar este mesmo ensino mais eficiente, uma vez que além de se preocupar com o que vai ser ensinado, preocupa-se ainda com o modo como vai ser ensinado.

A evolução das concepções históricas apontam para a controversa noção do conceito da Didática, conforme as tendências ou o prisma do momento. A questão desta relatividade conceitual deve-se, em parte, às ligações com as diferentes ciências. Tornando-se alvo de críticas e acerbadas discussões, muitas indagações surgiram em relação à Didática enquanto disciplina.

A autonomia da Didática, abrangendo um campo de estudo determinado, preocupa-se com a valorização do professor enquanto orientador do processo de ensino. O aluno passa a ser visto como ser concreto, que traz consigo um saber próprio, que deve ser valorizado no bojo da Pedagogia crítica. Portanto, a Didática interfere na formação docente, na construção do processo de conhecimento do professor e na operacionalização de sua prática educativa. A Didática, desta forma, marca a trajetória pessoal e profissional do professor-educador, iluminando sua ação antes, durante e após a sua prática pedagógica. Surgem então novos encaminhamentos em direção a uma Didática mais contextualizada e socialmente comprometida com a formação do professor, enquanto profissional responsável pela formação das novas gerações.

Na sequência, serão destacadas as funções da Didática, pois, conforme seu objeto de estudo, caracteriza-se em: Didática geral e Didática especial.

1.2.1 A Didática geral

Estabelece uma teoria fundamental do ensino, examinando-lhe criticamente os diferentes métodos e procedimentos. Estuda as questões intrínsecas relacionadas ao ensino-aprendizagem, de maneira geral, a fim de indicar procedimentos aplicáveis a todas as disciplinas, para tornar o ensino mais eficiente. Destina-se aos estudos dos aspectos de ensino válidos para a orientação de todas as disciplinas, de forma ampla e abrangente, congregando as finalidades da prática pedagógica das disciplinas em âmbito geral.

1.2.2 A Didática especial

Fundamenta-se em analisar a função e os objetivos de cada disciplina, considerando suas particularidades. Destina-se ao estudo e orientação especialmente relacionados ao ensino das diversas áreas de conhecimento, estudo ou disciplinas, ainda, aplica os princípios gerais da Didática geral no campo específico dos diferentes setores do ensino. A seguir, vai considerando suas minúcias e especificidades, que variam de disciplina para disciplina, orientando quanto à seleção e organização dos conteúdos, à distribuição de temas a serem trabalhados em cada aula, buscando a maneira mais apropriada para enunciá-los, indicando os recursos a serem utilizados, entre outros.

A partir do exposto, pode, portanto, a Didática ser compreendida em dois sentidos:

Sentido amplo: preocupa-se com os procedimentos que levam o educando a aprender o que é proposto, sem preocupar-se com as suas condições, ou seja, mantém-se alheia às conotações sócio-morais da aprendizagem do educando.

Sentido pedagógico: apresenta compromisso com o aspecto sócio-moral da aprendizagem do educando, visando a formação de cidadãos conscientes e responsáveis.

Desta forma, trata-se de uma disciplina preocupada em orientar a aprendizagem do educando, levando-o a atingir um estado de maturidade, que lhe permita atuar de modo digno, como cidadão consciente e profissional comprometido.

1.2.3 Objeto e objetivos da Didática

O objeto da Didática é o ensino, a ação educativa. Caracteriza-se pelo fato de prover circunstâncias para que o educando aprenda e aproprie-se do conhecimento, adquira hábitos, habilidades, convicções e atitudes para desenvolver suas capacidades de modo consciente, podendo transformar a realidade.

Os objetivos da Didática convergem para possibilitar a efetivação do conceito da educação, em seus aspectos gerais ou particulares, mediatos ou imediatos, sob critérios claramente definidos. Sua preocupação com o ato educativo é no sentido de possibilitar a assimilação dinâmica, consciente e significativa dos conhecimentos.

Assim, o campo de investigação da Didática moderna é delimitado pelos sujeitos da práxis educativa:

- O professor é o que educa.
- O educando é quem se educa.
- O método é como se educa.

A Didática, portanto, procura responder às inquietações que emergem das interações pedagógicas, considerando o contexto escolar, a natureza do trabalho educativo, a atuação do professor e a participação do aluno como sujeito-histórico-social da aprendizagem.

Na dimensão de tal realidade, a escola justifica os objetivos e as finalidades de seu trabalho, distinguindo-se como instituição impulsionada por objetivos definidos em sua proposta educativa, visando o ensino de qualidade; considerando a relevância de sua intermediação na

ação pedagógica, pois o que caracteriza a principal função da escola é a dimensão pedagógica, com ênfase no ato de bem ensinar e com a perspectiva da elevação dos níveis de aprendizagem.

1.3 A Didática e as metodologias

A didática tem provocado discussões em torno de seus pressupostos, sua autonomia e seu campo de atuação. Sob o enfoque de uma abordagem interdisciplinar, como as demais ciências, a Didática passou a ser reconhecida sob a atribuição de novos critérios. A exigência partia da ideia de funcionalidade, ou seja, a Didática passou a ser justificada pelo seu sentido pragmático. Como consequência, acentuou-se a atenção ao fenômeno educativo de forma geral, em caráter interdisciplinar, ao mesmo tempo em que se reconhecia a necessidade de aprofundamento dos conhecimentos específicos.

A partir do exposto, a existência da Didática passou a ser vista pelo seu caráter prático, em relação ao grau de sua ação, o que levou ao seu reconhecimento em especial. Sendo o professor a autoridade responsável por encaminhamentos didático-pedagógicos que favoreçam o trabalho escolar, deve ser capaz de organizar sistematicamente a ação docente e desenvolver atividades conjugadas ao processo de ensino-aprendizagem, com a utilização de procedimentos correspondentes aos objetivos e finalidades da sua proposta.

A metodologia utilizada pelo professor baseia-se na organização de recursos didáticos que devem apresentar-se num plano ordenado, a ser seguido pelo professor no decorrer do processo de ensino.

Ao escolher sua metodologia, o professor deve voltar-se para aquela que presume tenha compromisso com o aluno, estando fundamentada na proposta da melhoria da qualidade da educação. E, ainda, aquela que se preocupe com a emancipação das aptidões e talentos dos educandos, oportunizando a realização de sua capacidade em toda plenitude de suas possibilidades cognitivas, afetivas e psicomotoras.

Um método só é bom quando é bom para ambos os fenômenos: o ensino e a aprendizagem. Portanto, professor e aluno devem ser contemplados com benéficos resultados. Selecionar um método implica num esforço para conhecer antes a natureza de seus alunos, observando as tendências de cada um deles, considerando suas características de aprendentes que precisam adquirir o conhecimento.

Para bem educar, além de bons métodos, é preciso paixão, ou seja, obter prazer pela difusão cultural, pelo progresso das pessoas, aspirando a elevação de suas expectativas. O gosto pela produção e difusão de conhecimentos permite ao professor a identificação dos talentos dos seus educandos e, tendo a visibilidade do seu potencial, poderá o aluno investir na valorização de seus prodígios individuais e de suas conquistas sociais, considerando o desenvolvimento integral de seus talentos, como valor imprescindível à construção de sua cidadania.

Trata-se, pois, de uma busca contínua para intensificar ações capazes de responder às reais necessidades dos alunos, respeitando seus interesses e motivações, com o objetivo de ajustar a ação educacional a realidades sociais concretas que se modificam muito rapidamente, exigindo mudanças estruturais no contexto educacional.

O desenvolvimento de práticas metodológicas adequadas poderá favorecer o interesse e o envolvimento do aluno, contribuindo com o processo de aquisição e assimilação do conhecimento. Assim sendo, a partir de estratégias bem articuladas é que a proposta educacional da ação pedagógica poderá favorecer a apropriação das finalidades sociais e pedagógicas da escola pelo educando, gerando a compreensão efetiva das relações que se estabelecem no contexto social.

A esse respeito, Saviani (1991) ressalta que compreender a realidade implica aprofundar a visão de mundo, ultrapassar as aparências para captar o que não é visível de imediato, assumindo uma posição crítica, com a percepção dos determinantes básicos do funcionamento da sociedade. Torna-se fundamental que no aluno seja desenvolvida a capacidade de fazer associação, estabelecer as relações entre diferentes saberes e linguagens que se articulam no universo da multiculturalidade.

A Didática e as metodologias específicas formam uma unidade, cabendo à Didática, de forma abrangente, tratar a teoria geral do ensino que, conjugada às metodologias específicas, tem como função ocupar-se com os métodos e conteúdos adequados a cada disciplina em particular. Desta forma, os métodos estão vinculados aos objetivos da proposta educativa, considerando os conteúdos que serão desenvolvidos, exigindo, por esta razão, a adequação das formas organizativas, bem como dos procedimentos do ensino.

Conforme Libâneo (1994), pode-se atribuir à Didática funções peculiares ao trabalho específico da ação pedagógica, uma vez que a disciplina preocupa-se com tal organização. De acordo com a constatação do autor,

Didática descreve e explicita os nexos, relações e ligações entre ensino e aprendizagem; investiga os fatores co-determinantes desses processos; indica princípios, condições e meios de direção do ensino, tendo em vista a aprendizagem, que são comuns ao ensino das diferentes disciplinas de conteúdos específicos. (LIBÂNEO, 1994 p.28).

Compreende-se, portanto, que o objetivo da escola é fazer com que o aluno aprenda que é pela ação humana que se estabelecem as mudanças, e para que a transformação se efetive são necessárias as interferências metodológicas, que emergem partir da reflexão e ação sobre a realidade educacional e a atividade prática do homem, vinculadas aos fatos do cotidiano. A metodologia constitui-se, portanto, na dinâmica que se desenvolve a partir dos objetivos, distinguindo os procedimentos e a escolha dos encaminhamentos adequados ao processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista uma atuação mais segura e ajustada ao êxito da escolaridade.

O autor enfatiza que: “A direção do processo de ensino requer, portanto, o conhecimento de princípios e diretrizes, métodos, procedimentos e outras formas organizativas.” (LIBÂNEO, 1994, p. 150).

O professor age intencionalmente ao organizar e orientar o processo de ensino-aprendizagem. A decisão das ações na escolha das atividades e sequência adotadas ao dirigir os procedimentos aceitos como mais satisfatórios, compõem o método de ensino. Desta forma, por corresponder às exigências dos objetivos, em relação aos conteúdos específicos, os métodos de ensino constituem-se componentes do planejamento de ensino.

Os métodos de ensino ativam a assimilação consciente do conhecimento. O desenvolvimento do processo de ensino e seus resultados são indicadores de operacionalização das capacidades cognoscitivas e formativas do educando; implicam na organização sequencial das atividades do aluno, orientado pelo professor, mediante a ação interdependente do ensino e da aprendizagem.

O método de ensino, portanto, corresponde a uma ação integrada, com formas, modos, recursos e procedimentos de ensino articulados, tendo em vista a adequação consciente dos conhecimentos.



Capítulo 2

Educação, ensino e aprendizagem

Não é possível compreender o processo educacional desvinculado da constituição política vigente, pois, conforme Demo (2000), ensino e aprendizagem representam um processo que está sempre presente, de forma direta ou indireta, no relacionamento humano. O eixo do processo é a relação interpessoal que conduz a aprendizagem a uma perspectiva subjetiva, individual e efetiva, fundamentada na qualidade política, além de contar com o domínio das habilidades pedagógicas que envolve as metodologias.

Portanto, a aprendizagem e o ensino formam uma unidade e, apesar de serem interdependentes, não são atividades que se confundem uma com a outra. A educação intermediada pelo docente é a atividade que dá unidade ao binômio ensino-aprendizagem, por meio do processo de mediação e assimilação ativa do conhecimento, conjugando a interação dinâmica, da relação cognitiva entre o aluno e os conteúdos disciplinares.

O aluno que é predisposto a aprender participa da aula atentamente, interage com o professor e prossegue em busca do objeto de seu interesse: tende, portanto, a investir na construção do autoconhecimento. O professor, como educador, tem uma visão diferenciada. Ao defender uma ideia, está cômico de que podem existir posições contrárias e/ou diferentes das suas; a partir deste embate, novas concepções podem aflorar.

Certamente, o diálogo entre docente e discentes constitui-se numa oportunidade ímpar para suscitar reflexões em torno do saber. É preciso explorar este aspecto, dar oportunidade ao aluno para opinar, para participar ativamente. Desta maneira, podendo expressar-se e aprendendo a trabalhar com a reflexão, estará ele construindo sua visão crítica, enquanto desenvolve sua autonomia intelectual.

Tanto para o professor como para o aluno, o momento da aula é significativo; tem uma vitalidade especial para a organização do pensamento, buscando concretizar a apropriação do conhecimento, explorando diferentes fontes bibliográficas, tornando o conteúdo mais próximo de sua realidade e tornando a síntese do professor mais acessível à compreensão e ao domínio dos novos saberes, na investigativa atuação na prática social.

Compreende-se, portanto, que o ensino não é um processo de transmissão e reprodução, mas um processo de criatividade emancipatória, o que implica em aprender a criar, a compreender a necessidade da autocrítica, da reflexão e da busca de condições para poder agir autonomamente.

A realidade imediata é muito importante, pelos vínculos que estabelece com o conteúdo de ensino, fortalecendo suas relações e habilitando os educandos ao discernimento. Traduz a leitura de vida do aluno, mas isto representa apenas uma parte da construção de significados para a teoria, uma vez que a teoria é insuficiente para alterar a prática e/ou a realidade. É preciso levar o aluno a agir reflexivamente, ponderando as diferentes argumentações. Os pontos determinantes das

ações construídas na prática social é que conduzem o aluno à elaboração de uma estrutura teórica. Assim sendo, não se torna possível construir a estrutura teórica sem o debate tão necessário, à emancipação das ideias e do pensamento.

Portanto, a interação pedagógica constitui-se no processo revitalizador do fenômeno educativo. A qualidade da intervenção praticada pelo professor reflete nos resultados da aprendizagem e na formação do educando. Uma vez assimilado o conhecimento, o educando precisa ser capaz de transformá-lo em conteúdo, que reverterá no exercício de sua cidadania, funcionando como instrumento potencializador de sua sustentabilidade na prática social.

A partir do exposto, compreende-se que a Didática contribui com a formação do professor, constituindo-se como base para a melhoria da qualidade do ensino, estreitando os vínculos interacionais no contexto da educação escolar. Daí a importância da escola, para que na reflexão coletiva os alunos encaminhem-se para o domínio do conhecimento, sob um processo organizado de aprendizagem. A aprendizagem também é uma forma pela qual o conhecimento humano pode manifestar-se. Assim como o conhecimento, ela não se produz repentinamente, nem por acaso. Apenas se produz com base na versão lógica da verdade. Resulta do movimento que emerge da intermediação dialética da análise e síntese.

Segundo Gamboa (2007, p.108):

[...] Superar a dicotomia epistemológica, procurando a síntese entre os elementos conflitantes. [...] como um consenso intersubjetivo e como a possibilidade de construir (construtivismo) diversas sínteses dentro de um continuum entre os pólos apontados [...] equilíbrio entre as polarizações sujeito-objeto, quantidade-qualidade, explicação-compreensão, registro controlado dos dados- interpretação etc. Uma outra forma de entender a síntese refere-se à superação de níveis de um mesmo processo em que é admitida a contradição entre os opostos e a passagem de um para o outro. Na dinâmica dessa passagem, as características quantitativas tornam-se

qualitativas e vice-versa, constituindo-se no processo da produção do conhecimento em categorias inseparáveis, embora opostas.

Desta forma, é possível afirmar que o conhecimento é também fruto do movimento dialético, uma vez que parte da compreensão de um determinado fenômeno. Poderá o professor apresentar uma tese ao aluno, ou seja, uma ideia e, a seguir, tentará negar essa tese ou ideia, ou seja, procurará contradizê-la, argumentativamente, orientando-o a pensar por contradição. Assim, será possível que conjuntamente se obtenha a síntese do que fora analisado, adquirindo, desta forma, uma nova ideia, observando que o movimento dialético possui dois sentidos, ou seja, atua em duas direções, como segue:

Do empírico ao abstrato – representa o momento indutivo, sob o esparsamento e fragmentação das ideias. De início, este empirismo destaca o caos, com a visualização de uma situação pouco organizada, que parece não ter sentido ou significado, exigindo esforço para captação da realidade aparente.

Exemplo: observando a realidade da sala de aula, parece que tal cenário não tem significado algum, pela característica contextual que expressa. Entretanto, o contexto só adquire sentido a partir do momento em que se efetua a síntese e a análise das relações que aí se estabelecem, ou seja, a partir da apreensão da visão geral, passa-se a observar cada detalhe que emerge das interações que fluem no e do ambiente, bem como as articulações que daí se desprendem. Este abstrato caracteriza a síntese das multirrelações que se constroem para a análise.

Da apreensão da realidade para a concretização - Num segundo momento, o movimento parte das categorias simples para um todo articulado, quando se estabelece o ponto de ligação entre o discurso e o fato real, distinguindo o ponto de ligação entre o discurso e a realidade concreta. O que está sendo dito, já existe, portanto, o percurso decorre das categorias simples para um todo articulado. Na dialética, a indução e a

dedução não são excludentes, elas interagem. Os dois processos são utilizados de forma articulada e simultaneamente, formando uma cadeia elaborativa das ideias.

A aprendizagem escolar é um processo planejado, intencional e dirigido pela atividade de ensino que difere da aprendizagem ocasional e espontânea. A atividade cognoscitiva do aluno é a base e fundamento do ensino, enquanto o processo de assimilação e construção do conhecimento é resultante de reflexão proporcionada pela percepção prático-sensorial e pelas ações mentais que caracterizam o pensamento, o poder de criação e um dos instrumentos essenciais da criação é a pesquisa.

Conforme Melo e Urbanetz (2009, p. 127):

[...] apesar de o professor não ser o protagonista da ação pedagógica, o seu papel como mediador, animador ou mesmo líder da atividade em classe não é dispensado. Cabe a ele planejar a atividade em todos os detalhes, para que os acadêmicos saibam que estão participando de algo com um objetivo a ser alcançado e em relação ao qual serão avaliados. E mais, que o planejamento leve em conta o sentido que o trabalho deve ter para o desenvolvimento profissional dos acadêmicos, no interior da disciplina ministrada e no curso no qual está inserido. Todos os passos da atividade devem ser socializados antes do início, para que todos os participantes possam ter clareza dos passos a serem dados.

Na aprendizagem escolar há, ainda, influência de fatores afetivos e sociais. Isso ocorre tanto na motivação para o estudo, como em relação aos aspectos que afetam as relações entre professor-aluno, envolvendo também os que interferem nas disposições emocionais dos educandos, para enfrentar as tarefas escolares. Ainda, há os que contribuem ou dificultam a formação de atitudes positivas do pensamento dos alunos frente às suas capacidades superiores, bem como diante dos desafios e situações da realidade do processo de ensino e aprendizagem.

A atividade escolar, como articuladora do conhecimento sistematizado, vincula-se também à motivação e interesse dos alunos, aspectos que se constituem indicadores dos objetivos almejados, aguçando o fortalecimento do desempenho das realizações positivas. Como a aprendizagem escolar é gradativa, isto implica que se dê uma organização lógica e psicológica a cada conteúdo do ensino.

A organização lógica da aprendizagem abrange uma sequência progressiva de conceitos, ideias e habilidades. A organização psicológica compreende a adequação ao nível de desenvolvimento físico e mental que, por sua vez, é condicionado pelas características sócio culturais dos alunos.

Conforme o já exposto, a aprendizagem escolar tem um vínculo direto com o meio social que circunscreve não apenas as condições de vida das crianças, como também a sua relação com a escola e o estudo, sua percepção e compreensão das matérias. A experiência social das crianças também interfere na consolidação dos conhecimentos escolares, estabelecendo novos vínculos, podendo considerar-se, como exemplo, a linguagem do aluno em confronto com a linguagem do professor. Portanto, a qualidade dos contatos que se efetivam pela criança tem profunda repercussão, tanto em seu desempenho individual como em sua realidade histórico-cultural, favorecendo ou prejudicando seu desenvolvimento.

Diante de tais circunstâncias, torna-se importante refletir sobre a questão da Didática, no sentido de poder favorecer o desempenho do professor, articulando formas diferenciadas e mais ajustadas às especificidades do alunado com o qual interage, tendo clareza dos aspectos da realidade que justificam sua atuação, como por exemplo: Qual é a função da educação em relação à sociedade? Qual é o perfil do homem que se almeja formar?

Considerando as expectativas e aspirações, quer seja do cidadão em seu aspecto individual, quer seja da humanidade em sua abrangência social, relacionada à educação, espera-se que em sua função, a escola certamente, contando com a contribuição da Didática, em apoio às demais disciplinas, oportunize a todos os alunos: crianças, jovens, adolescentes e adultos, um desenvolvimento integral e dinâmico.

A educação é um bem com o qual todos podemos contar, uma vez que se constitui no autêntico instrumento, capaz de intermediar ações transformadoras da existência humana; busca desenvolver o ser humano em toda sua plenitude, procurando solucionar, de forma adequada, os problemas que se apresentam, orientando os alunos para aprender a pensar. As inquietações oriundas da dinâmica escolar exigem do professor uma constante revitalização dos conhecimentos e paradigmas epistemológicos, no confronto com o dinamismo da realidade social. O aluno, auxiliado pelo professor, no processo de aquisição do conhecimento vai apresentando tanto mudanças cognitivas, como afetivas e acontecem, ainda, alterações de diferentes ordens, que configuram o processo de aprender.

Segundo Bordenave (1977, p. 25),

Nesse sentido, deduz-se que a aprendizagem é um processo integrado no qual toda a pessoa (intelecto, afetividade, sistema muscular) se mobiliza de maneira orgânica. Em outras palavras, a aprendizagem é um processo qualitativo, pelo qual a pessoa fica melhor preparada para novas aprendizagens. Não se trata, pois, de um aumento quantitativo de conhecimentos mas de uma estrutura da inteligência da pessoa.

A compreensão do processo de ensino-aprendizagem é fundamental para o professor; torna-se um requisito profissional da maior importância, considerando a distinção de ambas as funções, uma vez que aprender e ensinar são duas tarefas com funções bem determinadas. Bem sabemos que é impossível alguém aprender por outro e aprender constitui-se na tarefa destinada ao aluno, seu agente essencial. Porém, isso não exime o professor da necessidade de procurar compreender adequadamente o processo de aprendizagem, apropriando-se dos seus significados, para poder melhor auxiliar e orientar seus alunos.

Quem ensina é o professor, razão pela qual, ao apreender o movimento da aquisição da aprendizagem, poderá o mesmo interagir com

maior segurança no processo de ensino, com maiores perspectivas de crescimento do ser humano, reconhecendo a real amplitude da própria ação.

2.1 Processos e recursos de ensino

2.1.1 Processos de ensino

O processo de ensino caracteriza-se pela ação consciente entre professor e aluno, objetivando o desenvolvimento e a transformação das capacidades cognitivas do aluno em relação à aquisição do conhecimento e sua aplicação na realidade da prática social.

Para Perrenoud (2000a, p.71) “Ensinar é, portanto, reforçar a decisão de aprender, sem agir como se ela estivesse tomada de uma vez por todas. É não encerrar o aluno em uma concepção do ser sensato e responsável, que não convém nem mesmo à maior parte dos adultos.”

O autor, anteriormente citado, destaca em sua obra as razões que levam o educando ao prazer de aprender e ao desejo de aprender, ressaltando o compromisso da escola em mantê-lo interessado por meio de um trabalho voltado à construção ativa, duradoura e pessoal dos conhecimentos. Sugere, ainda, que o professor proponha desafios intelectuais aos alunos. Propõe também a apresentação de problemas com situações abertas, estimulantes, interessantes, valendo-se de atividades lúdicas, encaminhando o aluno do desejo de saber à decisão de aprender.

Diante disso, compete ao professor auxiliar o educando em sua trajetória de aprendizagem, a fim de que os problemas que o desafiam não se constituam empecilhos à apropriação do conhecimento, que decorre das interações que se efetivam no processo, principalmente por meio dos vínculos interpessoais. Portanto, o processo de ensino nada mais representa do que o próprio ato didático, e as atividades que ele caracteriza constituem o ensino e a aprendizagem como fenômenos interdependentes, em que as unidades escolares se intercalam num processo ordenado de interações, obedecendo a uma sequência estruturada de ações para serem desenvolvidas e que constituem as aulas.

É interessante destacar o caráter irrepetível do processo de ensino. Cada aula representa uma nova construção pedagógica. Mesmo que o assunto se repita, o trabalho assume diferentes conotações. Os encaminhamentos se renovam num contexto também diferenciado, introduzindo fatos e interferências de múltiplos aspectos. Assim, o ato pedagógico apresenta-se como um fenômeno renovado. As atividades podem ter diferentes significados, porém sem desviar o valor propedêutico e pedagógico, que expressam formas de trabalho escolar diversas, ou seja, configuram relações sociais diferenciadas.

O ensino supera a simples transmissão de conhecimentos, compreende a interatividade consciente das próprias energias intelectuais manifestadas pelo aluno sob um processo integrador, voltado às ações do professor.

Toda aprendizagem precisa ser embasada em um bom relacionamento entre os elementos que participam de suas ações, para atender ao princípio da integralização do processo, pois o aluno aprende numa atitude de relacionamento, no estabelecimento das interações que se efetivam. Portanto, é engano supor que o aluno aprende apenas com o professor ou no isolamento. Ele aprende na interatividade do contexto escolar, nos diferentes espaços da instituição educativa.

A frequência e participação do aluno na escola é uma significativa oportunidade para ele poder abstrair ou fulcrar, com sua atenção presencial, as configurações das representações educacionais que permeiam o movimento da teia das relações no contexto. Assim, o aluno, o professor, os colegas de turma, bem como os demais colegas, professores diferentes do seu, demais profissionais da equipe pedagógica e todos os funcionários da escola, formam o grande contingente educativo, e toda esta multirrelação contribui tanto para um processo de aprendizagem, bem como para o estabelecimento de mudanças.

O processo de ensino é, pois, abrangente e ultrapassa o recinto da própria classe, uma vez que a atuação docente concorre para que as ações voltadas à formação do aluno se preservem, contribuindo para um

ambiente integral de formação continuada. O esforço direciona-se no sentido em que as interações que se efetivam fora dos limites da instituição escolar possam contemplar a pluralidade de informações. O processo de ensino compreende, em sua amplitude, a integração dos componentes da Didática: professor, aluno, objetivos, conteúdos, ensino-aprendizagem, recursos e procedimentos de ensino, métodos de ensino, planejamento e avaliação. Sob uma dinâmica de estruturação do trabalho docente, a Didática articula a mediação dos objetivos extraídos da prática social, orientando as ações do professor com o intuito de investir em proposições concernentes à educabilidade, a fim de impulsionar o acesso do aluno à efetiva participação nos diferentes segmentos do contexto social.

No processo de ensino, é o professor o elemento ativo e ao aluno compete ouvi-lo atentamente, participando do encaminhamento reflexivo referente ao conteúdo de sua explicitação, podendo realizar, argumentar e/ou responder às questões referentes aos conhecimentos trabalhados.

O ensino deve compreender ações conjuntas, tanto do professor como dos alunos, possibilitando a assimilação ativa, consciente e significativa dos conhecimentos para levar os alunos a progredir, utilizando suas próprias capacidades intelectuais, com a preocupação de tornar ativa sua criatividade, iniciativa e imaginação. O importante é garantir uma aprendizagem sólida e duradoura e não apenas preocupar-se com a aquisição de um grande volume de informações. O ensino somente transmissivo não cuida de verificar se os alunos estão preparados para o novo conteúdo e não prima por detectar dificuldade individuais. Os alunos que têm conduzido sua aprendizagem desta forma, apenas acumulam dificuldades e se encaminham para o fracasso.

O verdadeiro ensino busca a compreensão e a assimilação sólida das matérias, conjugando o esforço necessário, com vistas a ligar o conhecimento novo com o que já se sabe e prover os pré-requisitos, se for o caso. A avaliação deve ser permanente, de modo que as dificuldades vão sendo diagnosticadas aula a aula, configurando a questão relacionada ao erro e à superação das dificuldades que se apresentam.

Quando o trabalho docente fica restrito às paredes da sala de aula, sem preocupação com a prática da vida cotidiana da criança, desconsiderando o fato de que o ensino busca resultados para a vida prática, para o trabalho, para a vida em sociedade, o esforço do aluno não encontra o respaldo necessário para estimulá-lo.

Assim, o trabalho docente deve ter referência na prática social, isto é, deve estar respaldado na realidade social, política, econômica e cultural da qual tanto o professor como os alunos participam integralmente.

Libâneo (1991) destaca algumas das características do processo, distinguindo sua função e abrangência. Para ele, o ensino é um processo, ou seja, caracteriza-se pelo desenvolvimento e transformação progressiva das capacidades intelectuais dos alunos em relação ao domínio dos conhecimentos e habilidades e suas aplicações. Por isso, obedece uma direção, orientando-se para objetivos conscientemente definidos: implica passos gradativos, de acordo com os critérios de idade e preparo dos mesmos. O desdobramento desse processo tem um caráter intencional e sistemático, em virtude do qual são requeridas as tarefas docentes de planejamento, direção das atividades de ensino-aprendizagem e avaliação.

O processo de ensino visa alcançar determinados resultados em termos de domínio de conhecimentos, habilidades, hábitos, atitudes, convicções e de desenvolvimento das capacidades cognitivas dos alunos. Na verdade, o ensino une os aspectos material e formal, pois a formação das capacidades e habilidades somente se efetiva em relação a conteúdos da matéria, ao mesmo tempo que a assimilação dos conteúdos requer o desenvolvimento dessas capacidades e habilidades.

O ensino tem um caráter bilateral em virtude de que combina a atividade do professor (ensinar) com a atividade do aluno (aprender). O processo de ensino faz interagir dois momentos indissociáveis: a transmissão e a assimilação ativa de conhecimentos e habilidades. Na transmissão, o professor organiza os conteúdos e os torna didaticamente assimiláveis, provê as condições e os meios de aprendizagem, controla e avalia; entretanto a transmissão supõe a assimilação ativa, pois ensina os alunos a se apropriarem, de forma autônoma, dos conhecimentos e habilidades.

2.1.2 Recursos de ensino

O trabalho docente ativa a potencialidade dos alunos e estimula sua capacidade cognitiva, buscando alcançar domínio de conhecimentos, habilidades, hábitos e atitudes. Enquanto objetos construídos pelo homem, os recursos de ensino acumulam a memória histórico-social da humanidade e representam importantes componentes do ambiente da aprendizagem, que dão origem à estimulação do aluno. Conforme as possibilidades e/ou circunstâncias, os recursos audiovisuais significam e reforçam o ato educativo, auxiliando a compreensão do aluno por meio das vivências que se constroem para ativar favoravelmente os canais de sua aprendizagem. Assim, ocupam posição de destaque no processo educativo, porém, constituem-se em importantes meios auxiliares, mas não têm poder para substituir o professor.

O uso de recursos audiovisuais em sala de aula resgata a consciência de que o homem toma conhecimento do mundo por intermédio dos sentidos; assim sendo, a formação do corpo de conhecimento se constrói a partir das experiências sensoriais que o sujeito pode vivenciar, acumulando informações, para a construção dos nexos que se manterão arquivados até que surja uma razão para ativá-los. Portanto, os órgãos dos sentidos estão integralmente presentes no processo de aprendizagem; atuam operacionalizando suas funções com gradativa intensidade, conforme são acionados e de acordo com a necessidade de sua contribuição às respostas que se configuram frente a questões da existência.

As mudanças acontecem com muita rapidez na prática social, passando a exigir uma nova maneira de aprender, para que seja possível acompanhar essa evolução acelerada, mantendo a atualização das informações. Parece não ser possível manter o pleno domínio das conquistas científicas universais que se efetivam. Desta forma, o conhecimento passa por uma supervalorização.

Para captar o movimento vivenciado no contexto sociocultural, o professor aprofunda-se no mundo contemporâneo, caracterizado como sociedade do conhecimento. Também identificada como era da informação e/ou comunicação, a sociedade se descobre invadida pelo universo das novas tecnologias, tendência que envolve a escola num contexto totalmente inusitado, pelas habilidades e compreensões impostas, exigindo dela mudanças específicas para acompanhar o acelerado ritmo da cibernética.

Devido aos avanços tecnológicos e informacionais do mundo contemporâneo, o conhecimento circula rapidamente, em complexas redes de informação. Na era da comunicação, o ser humano interage em tempo real por meio de equipamentos sofisticados do mundo globalizado: computador, internet, telefone celular, entre outros, que apesar de ainda não comporem o efetivo equipamento dos recursos de ensino, de modo direto ou indireto, auxiliam constantemente o processo educativo. Isto significa que o professor precisa superar-se continuamente, acompanhando as transformações sociais, levando para a sala de aula as tecnologias da contemporaneidade.

Progressivamente, a tecnologia passa a fazer parte dos recursos de ensino, incluindo a aprendizagem colaborativa como uma nova modalidade de construção do conhecimento, no ambiente escolar. Assim como a sociedade, também a escola compreende a necessidade do domínio dos conhecimentos referentes às novas tecnologias e já introduz em seu espaço a utilização destes recursos.

Esta é a forma como a sociedade pressiona a escola para que os novos conhecimentos sejam introduzidos em seus currículos e as novas tecnologias transportem o aluno para o universo do conhecimento, mantendo-o imerso na ampla rede da comunicação globalizada.

O esforço no sentido de se alcançar maior abrangência da inclusão digital, implica na realização de projetos voltados à popularização da informática, junto à comunidade escolar, intermediando ações com vistas à otimização do uso de computadores pelo educando, a

fim de que novas oportunidades se abram em sua vida, visando a realização de suas expectativas enquanto pessoa que busca desenvolver seu ideal de cidadania.

Os diversificados tipos de recursos midiáticos têm ampla abrangência de aplicabilidade. A otimização do aproveitamento depende, em muitos casos, tanto da capacidade interativa com o material, como também da competência do professor na sustentação de seu uso. Assim, um dos aspectos essenciais dos recursos tecnológicos é sua adequação a uma determinada finalidade, tornando possível relacionar o tipo de recurso à execução do trabalho pedagógico, como apoio para orientar o desenvolvimento da proposta educativa.

A caracterização dos recursos de ensino compreende as seguintes categorias:

Humanos

Do ambiente escolar: professor, colegas de turma e/ou de outras classes, pessoal da equipe escolar (diretor e demais profissionais).

Da comunidade: pais, profissionais, autoridades, entre outros.

Materiais

Do contexto escolar: material escolar, quadro, giz, cartazes e demais equipamentos utilizados para uso pedagógico.

Físicos

Do ambiente natural: água, folhas, rochas etc.

Da comunidade: bibliotecas, indústrias, repartições públicas, quadras de esportes, cinema, supermercados, associações, escolas e assim por diante.

Podem ainda os recursos ser categorizados em: visuais, como projeções, cartazes, gravuras, portfólios, jornais etc.

Auditivos: rádio, gravação etc.; audiovisuais: fita k7, cinema, televisão, computador/vídeo etc.

Segundo pesquisas realizadas pela Universidade de Harvard, a aprendizagem se efetiva conforme as relações que se estabelecem com o objeto de estudo. Assim, a pessoa aprende:

Os recursos de ensino têm função distinta como instrumento auxiliar na mediação da aprendizagem. Porém, torna-se importante compreender que eles, por si só, não têm poder para garantir a aprendizagem. É função do professor explicitar correta e inteligentemente o desempenho de sua proposta em relação ao recurso escolhido, fazendo a ligação do mesmo com o ensino do conteúdo programado, de modo que justifique o fato de ter sido selecionado.

Dentre as funções dos recursos de ensino, destacam-se as seguintes:

- Auxiliar a compreensão do ensino.
- Expressar os resultados de aprendizagem.
- Dinamizar ou concretizar os conteúdos da aprendizagem, de forma mais real e segura possível; vincular o aluno à realidade, ampliando sua capacidade investigativa.
- Facilitar a retenção da aprendizagem, favorecendo a associação de ideias.
- Ativar e despertar o interesse dos alunos, aguçando o desejo de aprender.
- Possibilitar o desenvolvimento da capacidade de atenção, observação, criatividade, imaginação, concentração, senso crítico, entre outras.

Existem alguns critérios e princípios a serem observados para a utilização dos recursos de ensino, uma vez que somente contar com material ou dispor de materiais interessantes não é suficiente. É preciso que o professor saiba fazer as adequações necessárias a sua utilização, buscando explorar ao máximo seu uso, orientando e explorando adequadamente suas funções, objetivando sempre que os mesmos contribuam com a otimização dos resultados pretendidos.

A seleção correta dos recursos é prioritária para o êxito do processo de ensino e deve ser feita tendo em vista os objetivos a serem

alcançados, considerando de fundamental importância a adequação dos mesmos à natureza do conteúdo previsto, ao ambiente, tempo e local disponíveis e à situação real da vida do aluno.

É desaconselhável o uso de um recurso cujo manejo ou operacionalidade não seja totalmente do domínio do professor, em razão dos transtornos que poderão ocorrer diante do impedimento de realização dos objetivos previstos. Sempre que a decisão for tomada, em relação à seletividade de um recurso, é conveniente que se teste seu real estado de conservação e também as condições de seu funcionamento, bem como se identifique a veracidade de sua relação com a temática proposta, pois, do contrário, seu uso não estará cumprindo com sua função, ou seja, não estará colaborando com a edificação de um conhecimento significativo. Estas medidas de precaução podem evitar sérias complicações, principalmente em se tratando de equipamentos elétricos. Porém, implica no pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho (Constituição, Art. 205, e LDBEN, Art. 2º).



Capítulo 3

A escola e suas finalidades

A reflexão sobre a função social da escola é tema recorrente nos debates da contemporaneidade, visto ser o espaço que tem o compromisso de trabalhar com os conteúdos emergentes da prática cultural. As questões inerentes a esta finalidade social têm perpassado a história da educação, as diferentes concepções e as políticas educacionais. Isto significa que o seu compromisso com o ensino-aprendizagem está relacionado ao contexto social e cultural de um momento histórico. Assim, as finalidades da escola enquanto instituição se alteram no decorrer dos tempos, segundo as tendências correspondentes às demandas da prática social. Desta forma, na escola tradicional a escola tem função de transmitir os conhecimentos historicamente acumulados na sociedade; na escola nova a função é construir conhecimentos; na tecnicista a função é dar respostas tecnicamente eficazes, segundo um esquema previamente definido; na tendência histórico-crítica a função da escola é disponibilizar os conhecimentos acumulados historicamente para formar o cidadão crítico e atuante na sociedade.

As finalidades da escola são respaldadas legalmente, conforme as necessidades originadas da sociedade. Segundo a Lei 9394/96 a educação

deverá considerar com prioridade o desenvolvimento integral do ser humano, elevando suas condições existenciais a partir de uma atenção educacional das crianças e adequando orientação da formação para a cidadania competente para poder atuar no mundo do trabalho.

A escola, enquanto instituição que interage com a realidade, pode contribuir com a transformação social, devendo para tanto ser conhecedora de sua finalidade, tomar ciência dos desafios que a instigam, forçando as mudanças necessárias. É preciso ressaltar que as ações definidas pela escola irão marcar futuras posições e/ou oportunidades dos educandos na sociedade, contribuindo para transformar ou reproduzir o contexto do qual fazem parte, ou seja, as práticas implementadas na escola marcam decisivamente tanto o aluno, enquanto ser aprendiz, como o professor, enquanto educador, bem como a própria instituição escolar e a sociedade enquanto espaço de transformação.

Isto ocorre devido ao fato de que a escola, como agência de educação institucionalizada, informa e forma, segundo a ideologia que a mantém; realiza um trabalho em que o indivíduo é orientado para desenvolver e contribuir para o crescimento de seu meio. Tais decisões emergem das exigências contextuais, com base numa política de participação e responsabilização com a socioculturalidade.

Desta forma, a escola se caracteriza pelas condições de humanização que encaminha, ao desenvolver sua ação educativa, ao procurar trabalhar as questões éticas, configurando o papel do professor, como educador e do aluno-cidadão. Cumprindo sua função social, busca o melhoramento das questões interpessoais, enfatizando a necessidade de um bom relacionamento, que se concretiza por meio das interações vivenciadas a partir dos vínculos estabelecidos em classe e o estímulo do professor.

É possível pensar em educação como uma ciência teórica, porém, não se pode desconhecer que o ser humano se educa sob diferentes possibilidades: observando, experimentando, imitando, analisando, refletindo, entre outras formas de interagir. Enfim, o homem se

desenvolve buscando a elevação de seu caráter, refletindo sobre sua própria formação, sobre sua capacidade de observar/analisar. Seu processo de amadurecimento decorre da apropriação de novas ideias e experiências que possam aprimorar, sistematizar sua capacidade de formação, com a possibilidade de tornar-se cada dia mais criativo, autodeterminado, mais dinâmico. Diante deste contexto, interage com a cultura historicamente acumulada.

Também é possível conceber que a educação escolar, como ciência prática, contribui para que as interações humanas respondam suas questões por meio da construção de conhecimentos. É importante reconhecer que todo conhecimento construído constitui a memória das transformações do ser humano. A ciência, enquanto prática, é mais didática, interage com a busca de conhecimento por meio das interações que se concretizam na evolução das vivências que compõem o currículo escolar.

Portanto, o plano curricular é o processo de tomada de decisões com vistas à realização prática do planejamento pedagógico, engloba as experiências de aprendizagem que são inteligentemente conduzidas para que contribuam com o aperfeiçoamento pedagógico a partir da educação sistemática. Inclui todas as experiências vivenciadas em classe, na escola, junto aos colegas e professores sob as influências do ambiente escolar, bem como sob a influência do contexto sociocultural. Enfim, a organização curricular explicita os princípios educacionais que fundamentam a proposta educacional.

As disciplinas curriculares obedecem a uma ordem sistematizada e são organizadas de forma integradora, complementadas com atividades interdisciplinares, no sentido de buscar a promoção dos educandos, em correspondência com as aspirações e possibilidades pessoais. Os componentes básicos do currículo envolvem o aluno, o professor, a escola, a legislação, a sociedade, em ações intrinsecamente relacionadas ao desenvolvimento sociocultural do alunado, abrangem todas as atividades que se caracterizam como construtoras das experiências escolares.

3.1 Os sistemas educacionais

O sistema educacional, inspirado na Filosofia do Plano Nacional de Educação, define a Política de educação a ser adotada no país, institui as diretrizes que orientam a organização e o funcionamento dos sistemas de ensino, na concretização de metas e finalidades, conjugadas ao objetivo da educação que é a promoção plena do ser humano. Nesta intenção são mobilizados esforços pelos sistemas educacionais no sentido de preservar e socializar os saberes culturais acumulados ao longo da história da humanidade, e, ainda, provocar a descoberta de novos conhecimentos, priorizando a compreensão da realidade sob os paradigmas das transformações científicas.

Na hierarquia organizacional, os sistemas educacionais estaduais e os estabelecimentos de ensino, enquanto unidades sociais, caracterizam-se como organismos vivos, dinâmicos, que se mantêm em processo de inter-relação com a sociedade e a natureza, tanto recebendo como exercendo influências. Assim, num contínuo fluxo e refluxo transformacional, atuam na constituição das relações que configuram a renovação da prática social, preconizada pelos fundamentos do ser e do saber, decorrentes da organização do ensino.

A atividade educativa acontece nas mais variadas esferas da vida social, sendo produzida de diferentes formas, numa configuração de saberes, linguagens, recursos e procedimentos que sintetizam o conhecimento numa dinâmica de organização, instituindo o fenômeno responsável pela formação das novas gerações e, conseqüentemente, produzindo a transformação da sociedade.

Apesar do compromisso e responsabilidade de toda a sociedade pelo desenvolvimento da melhoria da vivência do ser humano é à escola, como espaço privilegiado do conhecimento, que ao longo da história tem sido atribuída à função de formação das novas gerações, sob as diretrizes das prioridades nacionais, priorizando a vivência democrática, marcada por diferentes enfoques, donde se originam diferentes concepções em relação ao processo de ensino e aprendizagem, distinguido suas tendências, como veremos a seguir.

3.2 As tendências pedagógicas e educacionais

O aprofundamento das relações condizentes com os determinantes histórico-socioculturais do homem e a sua ligação com a organização do trabalho docente, significando as dimensões do processo de aprendizagem, constituem-se assuntos que fundamentam as tendências pedagógicas. A escola como instituição inserida na história produz e reproduz o conhecimento, articuladamente, conforme as solicitações da prática social. Assim, as tendências pedagógicas explicitam as diferentes abordagens relacionadas ao processo educativo como fenômeno humano, histórico e multidimensional, configurando o processo de ensino-aprendizagem em suas implicações didático-pedagógicas.

Vários autores tratam do assunto, dentre os quais destacam-se: Mizukami (1986), Behrens (1999) e Libâneo (1989). Entretanto, neste trabalho a abordagem das concepções referentes ao processo de ensino-aprendizagem estará fundamentada na obra – *Ensino: as abordagens do processo*, de autoria da professora Maria da Graça Nicoletti Misukami (1986).

Considerando a intencionalidade da ação educativa, a autora distingue cinco abordagens supondo tratar-se daquelas que exerceram maior influência sobre os professores, realiza, ainda, uma análise das categorias conceituais: homem, mundo, sociedade-cultura, conhecimento, educação, escola, ensino-aprendizagem, professor-aluno, metodologia e avaliação, distinguindo, também, as características gerais e as considerações finais de cada tendência ou abordagem. (MIZUKAMI, 1986).

A partir do exposto, não é possível desconsiderar outras influências que estão subjacentes aos atributos pessoais do professor e que certamente também estarão interferindo em seu trabalho, de acordo com as características que as distinguem.

3.2.1 Abordagem Tradicional

Caracteriza-se por priorizar, de modo acentuado, o acúmulo de conhecimentos, sem relacioná-los com a realidade do aluno, dando ênfase

à transmissão de conceitos e à reprodução dos modelos aprendidos. A expressão oral do professor tem um lugar proeminente, cabendo ao aluno a memorização do conteúdo verbalizado.

A escola funciona como uma agência de educação sistemática. Sua cultura complexa e ambiente físico austero exigem que o professor permaneça distante dos alunos.

Assim, por intermédio da educação formal o indivíduo recebe informações e conteúdos, apropriando-se de maior compreensão e domínio do mundo que o cerca.

Existe a preocupação com a sistematização dos conhecimentos apresentados de forma acabada. As tarefas são padronizadas. O aluno é considerado um “adulto em miniatura”, que necessita de completude. Ele deve obedecer, sem questionar, deve fazer suas tarefas, memorizá-las e repetir o que aprendeu ao professor no momento em que realizar as provas.

O homem é um receptor passivo, que acolhe os conteúdos fornecidos pelo ambiente e que julga serem importantes e úteis para a sua existência.

O mundo torna-se conhecido para o homem, por meio das informações que ele recebe pela educação formal, e por intermédio da contribuição de instituições como a família e a igreja. Na medida do necessário, ele vai repetindo aos outros as informações e os conteúdos recebidos.

Sociedade e cultura investem esforços para a perpetuação de seus objetivos educacionais, que devem preservar os conhecimentos e a cultura que perpassam as diferentes instituições.

O conhecimento desenvolve a atividade intelectual, que é vista como faculdade capaz de armazenar informações sobre o mundo, com o sentido cumulativo do conhecimento humano.

A educação formal, identificada como produto, está relacionada à instrução, caracterizada como transmissão de conhecimentos sendo tarefa restrita à ação da escola.

A escola caracteriza-se pela disciplina rígida. Funciona como agência sistematizadora, é reprodutora do conhecimento, seu ambiente

conservador tem como função preparar moral e intelectualmente os educandos. Apresenta-se como único local onde se tem acesso ao saber.

O ensino-aprendizagem é caracterizado pelo exagero verbal do professor, e pela memorização do aluno, que é instruído e ensinado pelo professor.

Professor-aluno mantêm uma relação vertical sob o comando do mestre, que é o detentor do poder, responsável por conduzir seus alunos aos objetivos pré-definidos pela escola e pela sociedade.

O professor atua como transmissor do conhecimento, é autoritário, severo e rigoroso; apresenta o conteúdo pronto e acabado, mas de forma fragmentada. Ele é quem concentra todo o ensino, considerando-se dono da verdade. Valoriza o programa e as disciplinas.

A relação professor-aluno: é vertical. O professor assume a função de controlador, detendo o poder de decisão. Trata-se de uma relação exclusivamente relacionada ao ensino-aprendizagem. Os alunos são instruídos, ou seja, ensinados pelo professor, que tem o compromisso de transmitir o conhecimento. Em termos gerais, é um ensino que se preocupa mais com a variedade e a quantidade de noções, conceitos e informações que com a formação do pensamento reflexivo.

A Metodologia tem como base aulas expositivas para a transmissão do patrimônio cultural. O professor apresenta o conteúdo pronto e os alunos limitam-se a escutá-lo. Portanto não possibilita o trabalho cooperativo. Visa o acúmulo e armazenamento de informações, assim como também o produto da aprendizagem. A utilização de fórmulas prontas, ordem e repetição são fundamentais. O método é indutivo, o qual permite que a matéria seja tratada de forma sequencial e ordenada. A classe configura-se como um auditório. (MIZUKAMI, 1986, p 15).

O ensino conteudístico e verbalista visa a perpetuação de um determinado tipo de sociedade e cultura. A reprovação é necessária, já que o diploma é um instrumento de hierarquização dos indivíduos na sociedade.

A **escola** é a agência sistematizadora do conhecimento. Por meio da transmissão dos conteúdos, configura-se como reprodutora do conhecimento e tem como função preparar moral e intelectualmente os educandos. Caracteriza-se pela disciplina rígida. Seu ambiente é austero e conservador. Apresenta-se como único local onde se tem acesso ao saber.

A **avaliação** é utilizada como instrumento de medida das informações reproduzidas pelos alunos. Geralmente enfatiza a repetição dos conteúdos, impedindo a criticidade e reflexão por parte dos alunos. As provas e os exames tornam-se imprescindíveis, uma vez que a reprovação é vista como necessária quando o aluno não atinge os níveis estabelecidos para cada série.

Mizukami (1986) aponta que Snyders (1974), em seus estudos sobre o ensino tradicional, defende ser necessário compreender tal tipo de ensino e suas justificativas.

3.2.2 Abordagem Comportamentalista

A abordagem comportamentalista, caracterizada pela obtenção de um determinado comportamento que deverá ser mantido, tem como base do conhecimento a experiência ou experimentação, ou seja, o conhecimento é o resultado direto da experiência. Portanto, o conhecimento representa uma nova descoberta para o indivíduo. O conhecimento resulta diretamente da experiência planejada, ou seja, da realidade vivida pelo homem.

O homem é inacabado, não é um resultado, cria-se a si próprio. Está sujeito às intervenções do ambiente, portanto não é livre e mantém uma relação de dependência com o meio. No desempenho de seu papel sociocultural, o homem, como ser passivo, é submerso na cultura dominante, seguindo seus usos e costumes.

O **mundo** é a realidade exterior ao homem, é a natureza, o meio ambiente, cujos efeitos interferem no comportamento do homem. O meio pode ser manipulado.

Sociedade-cultura estão presentes no desempenho da natureza humana que se constrói conforme os efeitos do ambiente no comportamento humano.

O conhecimento resulta diretamente da experiência planejada, ou seja, da realidade vivida pelo homem.

A Educação assume um poder controlador e tem como finalidade básica promover mudanças necessárias e permanentes. Centrada no aluno, implica tanto na aquisição quanto na transformação do comportamento. É de responsabilidade do professor assegurar a aquisição dos comportamentos esperados aos alunos que, em geral, são instalados e mantidos por condicionantes e reforçadores arbitrários, tais como: elogios, graus, notas, prêmios, reconhecimento do mestre e dos colegas, associados a outros mais distantes, como: diplomas, vantagens da futura profissão, possibilidade de ascensão social, financeira etc.

Escola é a instituição responsável pelas formação das novas gerações. É aceita como uma agência que educa formalmente, inter-relacionada com as demais (política, governo, economia).

Ensino-aprendizagem: o ensino é voltado para a instalação de comportamentos úteis e desejados, com o uso de instrumentos arbitrários como: prêmios, notas, entre outros. Ensinar consiste num arranjo e planejamento de condições externas que levam os estudantes a aprender. São considerados elementos mínimos no processo de ensino: o aluno, um objetivo de aprendizagem e um plano de ação para alcançar o objetivo proposto e, garantir a aprendizagem pelo programa estabelecido. A aprendizagem será garantida pelo programa estabelecido. O ensino é planejado, de modo a conduzir o processo de aprendizagem, considerando os comportamentos de entrada e os subsequentes, buscando a maximização de seu desempenho.

Professor-aluno: o professor é responsável pela aquisição do comportamento do aluno, pelas mudanças adequadas às finalidades de caráter social. O aluno é considerado responsável pelo controle de seu próprio processo de aprendizagem. Ele é um receptor de informações e reflexões, que podem mudar seu comportamento conforme sejam alteradas as condições ambientais.

A metodologia é constituída pelos métodos usuais, inclui a aplicação da tecnologia educacional e estratégias de ensino, reforçadoras da relação aluno-professor. Prioriza a busca do melhor relacionamento interpessoal para a aprendizagem do educando, sendo a experiência pessoal e subjetiva a base para a construção do conhecimento. A individualização do ensino, representando o ritmo do aluno, implica no uso de estratégias capazes de elevar o desempenho de um maior número de alunos. Não se enfatizam técnicas ou métodos.

A avaliação está intrinsecamente ligada aos objetivos propostos e consiste em constatar se o aluno aprendeu e atingiu os objetivos estabelecidos.

3.2.3 Abordagem Humanística

A abordagem humanística valoriza as relações interpessoais e a influência dos resultados dessas interações na formação do indivíduo, que se encontra incluído no processo de ensino-aprendizagem. A aprendizagem, nesta abordagem, é significativa e penetrante, suscita modificação no comportamento e nas atitudes.

O ensino, centrado no sujeito como principal construtor do conhecimento humano, implica orientar sua experiência para que, de forma adequada, possa estruturar-se e agir. A atitude básica a ser desenvolvida é de confiança e de respeito ao aluno como pessoa, considerada em sua sensibilidade e sob o aspecto cognitivo.

A ênfase é dada às relações interpessoais, mesmo quando o primeiro impulso ou estímulo vem de fora, mas o sentido da descoberta e do compreender vem de dentro. Assim, torna-se validada pelo educando.

O homem é considerado inacabado, em processo de autorrealização. Como ser inacabado, situa-se no mundo e tem plena liberdade para o uso de suas capacidades. Não é um resultado, ele cria-se a si próprio.

O mundo é algo subjetivo, produzido pelo homem e tem o papel de oferecer condições para a expressão das potencialidades pessoais. A visão de mundo e da realidade é construída a partir daquilo que é experienciado pelo homem e significado em suas relações.

A sociedade-cultura representa o contexto no qual se realizam as relações interpessoais, cujas experiências permitem ao homem efetivar as aproximações necessárias ao seu desenvolvimento. São seus sentimentos e experiências que fundamentam sua liberdade de interagir.

O conhecimento origina-se nas próprias experiências do homem, como ser provido de curiosidade natural para o conhecimento. Assim, ao sujeito é atribuído papel primordial na elaboração do conhecimento. Dando ênfase à experiência como conjunto das realidades vividas pelo homem, o conhecimento é reconhecido como fenômeno inerente à atividade humana.

A educação tem como principal finalidade criar condições que facilitem a aprendizagem do aluno, objetivando a liberação de suas potencialidades para que capacitem o aluno a aprender e estar apto a colaborar com os demais, é centrada na pessoa, no aluno.

A escola é fundamentada na relação de respeito e interesse no desenvolvimento do aluno, possibilitando a promoção de sua autonomia. Deve oferecer condições para a autonomia do aluno; acentua-se nesta tendência o papel da escola na formação de atitudes, razão pela qual deve estar mais preocupada com os problemas psicológicos, buscando oferecer um clima favorável ao seu desenvolvimento.

O ensino-aprendizagem concentra-se no desenvolvimento do aluno, baseado na confiança e respeito pelo mesmo.

Professor-aluno mantém uma relação com base na autenticidade e aceitação. O professor assume a lição de facilitador da aprendizagem, sem recorrer à diretividade, favorecendo as condições necessárias para que o aluno possa autodesenvolver-se. O aluno é considerado em processo contínuo de seu próprio crescimento.

A Metodologia baseia-se na liberdade para aprender, valorizando a experiência pessoal como base para a construção do conhecimento. Não se enfatizam técnicas ou métodos.

A avaliação fundamenta-se no fato de que só o indivíduo é conhecedor da própria experiência e, assim sendo, deverá adotar os critérios possíveis para avaliar seu desempenho, face aos objetivos estabelecidos. A autoavaliação é defendida por Rogers.

3.2.4 Abordagem Cognitivista

A abordagem dá ênfase aos processos cognitivos e à investigação científica e tem como preocupação conhecer como acontece a aprendizagem, compreender como ocorre a organização do conhecimento, o processamento das informações e os comportamentos relativos à tomada de decisões. A ênfase está na capacidade de o aluno integrar informações e processá-las. O ponto fundamental do ensino concentra-se nos processos e não nos produtos da aprendizagem. As emoções são consideradas em suas relações com o conhecimento. A função primordial é desenvolver o raciocínio. São priorizadas as atividades do sujeito, considerando-o inserido numa situação social.

O ensino é baseado no ensaio e erro, na pesquisa, na investigação, na solução de problemas por parte do aluno e não na aprendizagem de fórmulas, nomenclaturas, definições etc. Assim, a primeira tarefa da educação consiste em desenvolver o raciocínio. O ponto fundamental do ensino, portanto, consiste em processos e não em produtos de aprendizagem. Porém, a aprendizagem só se realiza realmente quando o aluno elabora seu próprio conhecimento. Isso porque há compreensão que, conhecer um objeto é agir sobre ele e transformá-lo. Assim, para que a aprendizagem torne-se significativa, o conhecimento precisa estar coerente com as representações que se estabelecem, ou seja, o mundo deve ser reinventado a partir das concepções do cotidiano do aluno.

O ensino dos fatos deve ser substituído pelo ensino de relações, pela proposição de problemas. Não existem currículos fixos. Antes, são oferecidas às crianças situações desafiadoras, tais como jogos, leituras, visitas, excursões, trabalho em grupo, arte, oficinas, teatro etc.

Homem e mundo: o indivíduo, como ser orgânico, vital, é considerado um sistema aberto, em constante processo evolutivo de adaptação, tanto física como mental. É capaz de modificar o meio e colocá-lo a seu serviço e, ao modificá-lo, também se modifica, movido pelas condições de inteligência e afetividade.

A sociedade-cultura visa o desenvolvimento social que adquire mobilidade intelectual e afetiva, com o encaminhamento democrático de responsabilidade pela deliberação das regras a serem seguidas. A democracia, como conquista da liberdade, constitui-se em condição de participação ativa, de elaboração de regras comuns para o grupo. A constante tentativa de otimização da conduta humana pretende a organização social e política da sociedade.

O conhecimento é essencialmente ativo, visto como uma construção contínua que se efetiva na interação do sujeito com as questões da sociedade que o desafiam.

A educação considera-se condição formadora necessária ao desenvolvimento natural do homem, como processo de socialização. Visa a autonomia intelectual e moral do aluno, considerando atributos imprescindível para a conquista da democracia. A atividade em grupo é valorizada pelo seu aspecto integrador.

A escola deve oferecer liberdade de ação, oferecendo à criança oportunidade de aprender autonomamente, de realizar investigação individual. Assim, estando motivada intrinsecamente, manteria a investigação de sua capacidade de aprender.

O ensino-aprendizagem desenvolve-se baseado na oposição de problemas, no ensaio e no erro, constituindo como seu ponto fundamental os processos e não os produtos de aprendizagem. O ensino das relações deve substituir o ensino dos fatos e a aprendizagem autêntica se concretiza no exercício operacional da inteligência.

O professor-aluno deve propor problemas aos alunos, desafiando-o a possíveis soluções, como oportunidade de adquirir autocontrole e autonomia. O convívio entre professor e mestre objetiva que este observe a conduta daqueles, podendo dar informações para favorecer a aprendizagem. Assim, o aluno será tratado, de acordo com suas características e assumirá de forma dinâmica as atividades, com participação ativa de aprendizagem.

A metodologia e o planejamento dos métodos pedagógicos exige coerência com o desenvolvimento da inteligência, a despeito da idade cronológica, respeitando o seu ritmo. O material de ensino deve ser adaptado às características de cada fase, devendo as experiências serem feitas com e pelo próprio aluno.

Com o incentivo às atividades de grupo, o trabalho pedagógico visa abarcar as diferentes áreas do conhecimento.

A Avaliação o aproveitamento do aluno quando elaborada com base em critérios pluridimensionais, estará priorizando a aplicação prática dos conhecimentos assimilados, bem como avaliando a criação de condição para novas aprendizagens.

3.2.5 Abordagem Sociocultural

A abordagem sociocultural busca a superação da relação opressor-oprimido.

Uma situação de ensino-aprendizagem, entendida em seu sentido global, busca a superação da relação opressor-oprimido por meio de condições, tais como:

- a) solidarizar-se com o oprimido, o que implica assumir sua situação;
- b) transformar radicalmente a situação objetiva geradora de opressão.

A educação problematizadora busca o desenvolvimento da consciência crítica e das liberdade como meios de superar as contradições da educação tradicional.

Educador e educando são, portanto, sujeitos de um processo em que crescem juntos, porque ninguém educa ninguém, ninguém se educa. Os homens se educam entre si mediatizados pelo mundo.

A educação é um constante ato de desvelamento da realidade, um esforço permanente, por meio do qual os homens vão percebendo criticamente como estão sendo no mundo. Neste processo, os alunos estarão assumindo desde o início o papel de sujeito criadores.

Homem-mundo: é considerada imprescindível a relação homem-mundo, sujeito-objeto, para a práxis pedagógica, tendo em vista tratar-se de uma abordagem interacionista. O sujeito é considerado elaborador e criador do conhecimento. Assim, a ação educativa irá promover o próprio indivíduo para que ele possa libertar-se para assumir-se enquanto sujeito.

Sociedade-cultura constitui as construções sistemáticas da experiência humana, com a participação do homem de forma crítica e criadora. Assim, progressivamente procura o homem responder de forma adequada aos desafios que se apresentam, de acordo com as novas exigências sociais, caracterizadas pelos conhecimentos, envolvendo: valores, motivos, perspectivas, aspirações, ideais, entre outros.

O conhecimento instrumentaliza o homem a agir, estando ele sendo desafiado continuamente pela realidade, sob um processo de conscientização, resultante da apreensão crítica desta realidade.

A educação constitui-se fator decisivo para o desenvolvimento da consciência crítica do homem, como partícipe ativo da sociedade, com a capacidade e poder de transformá-la.

A escola, situada num determinado contexto histórico, é responsável por possibilitar o crescimento mútuo do professor e do aluno, é instituição considerada capaz de promover a conscientização, dotando o homem do poder de optar sabiamente.

O ensino e a aprendizagem apresentam o significado amplo na dialogicidade entre educador e educando enquanto sujeitos de um processo de crescimento conjunto, interagindo com o comprometimento mútuo de garantir o conhecimento.

Professor-aluno atuam como sujeitos em fase de valores, portanto, crescem juntos na transposição da consciência ingênua.

A metodologia envolve a reflexão conjunta dos professores e alunos que, de forma crítica, buscam explicitar os conteúdos que emergem da realidade prática.

A avaliação apresenta-se como proposta permanente da prática educativa desenvolvida de forma única por professor e alunos. Envolvendo a autoavaliação, dispensa o sistema formal de provas, exames, notas.

A reflexão referente às tendências pedagógicas tem importante significado em razão dos posicionamentos assumidos pela instituição escolar, considerando a construção do conhecimento, bem como a influência da realidade histórica, social, política, econômica e cultural.

3.3 A relação da Didática com as demais ciências

O caráter pedagógico da prática educativa indica o direcionamento das finalidades educacionais, bem como os meios para sua realização, resgatando o perfil do homem, que busca formar o modelo de sociedade que se almeja. Assim, são definidos os propósitos e tarefas que cabem à Pedagogia, enquanto ciência da educação, da qual se origina a Didática. São inúmeras as interações para didatizar a construção de conhecimento:

- Interação professor/aluno.
- Interação aluno/aluno.
- Interação do professor com a sua própria formação.
- Interação do aluno com a sua própria formação.
- Interação com a comunidade escolar.
- Interação com a família.
- Interação com a sociedade.

A Pedagogia, como a ciência que trata dos construtos específicos da educação, recorre a outras ciências em busca de auxílio para explicitar a compreensão de seu objeto: o fenômeno educativo. À Sociologia da Educação compete a orientação dos sujeitos, em suas interações com o movimento da realidade social e sua atuação na sociedade. A Filosofia e a História da Educação têm íntima ligação com a Didática, auxiliando a reflexão em torno das teorias educacionais.

Nesse sentido, a Pedagogia propõe-se a investigar os meios apropriados para a formação do indivíduo, para que o mesmo seja capaz de assumir sua participação na vida social, assegurando e orientando sua proposta de realização enquanto cidadão crítico.

As relações entre escola e sociedade aprofundam as interações sociais dentro da instituição educativa, promovendo o aprofundamento das relações, que se constituem sólidos alicerces em cuja base se enquadra o processo de ensino-aprendizagem. Esse processo envolve uma interação complexa, uma dinâmica cujos fatores se cruzam de tal forma que cada situação pedagógica pode ser identificada como única e singular.

A educação escolar apresenta como proposta básica ressignificar a intencionalidade da prática social com respostas mais assertivas aos desafios impostos pela sociedade.

Pela educação escolar, democratizam-se os conhecimentos, os saberes e as experiências acumuladas pelas gerações, no decurso do desenvolvimento histórico-social, fornecendo subsídios à capacidade de pensar criticamente os problemas e desafios que emergem da prática social.

A elaboração e/ou construção dos saberes e valores se efetivam a partir da interação social, por meio da organização de procedimentos, de ideias gerais que orientam o modo de conduzir o processo de ensino-aprendizagem. Isto implica num movimento interacional ativo e dinâmico, concentrando habilmente, de forma muito racional, a práxis insubstituível em qualquer modalidade de ensino.

A educação escolar, entre outras funções, se ocupa do ato de ensinar a aprender. Compreende um movimento de aproximação entre

professor e aluno, na perspectiva de intervir na formação do aluno, tornando-o capaz de desenvolver o senso crítico diante dos problemas que a sociedade apresenta, compreendendo ser realmente necessário fazer o aluno querer aprender, desmistificando o poder do letramento como força de evolução pessoal e ascensão social.

Como sujeito histórico do processo educativo, o aluno precisa tomar consciência de seus direitos enquanto cidadão, podendo evoluir, na medida em que se esforçar para inserir-se no movimento das relações e colocar-se nesta luta como pessoa de relações, com capacidade de autorreflexão e capacidade de discernimento. O autoconhecimento como aprimoramento individual consiste na assimilação do desenvolvimento histórico-social sob a influência das condições políticas, sociais e econômicas, convergindo para a evolução social. Outro fator relevante no resgate das relações pessoais no trabalho pedagógico é de que o trabalho é construído na dinâmica das relações sociais.

Em geral, as condições institucionais, que proporcionam qualidade para o processo de ensino-aprendizagem, favorecem o desenvolvimento do trabalho do professor, pois sem elas o desafio de ensinar a aprender pode ficar intransponível. É imprescindível que a escola possa favorecer o bem-estar e o desenvolvimento geral dos alunos em suas dimensões sociais, de equilíbrio pessoal e cognitivo.

Assim, torna-se necessário que o processo de ensino-aprendizagem seja valorizado com o mérito que lhe é implícito, sendo reconhecida a necessidade das escolas desfrutarem de condições propícias e favoráveis para que a aprendizagem se efetive com o vigor do compromisso, com normas e finalidades definidas e compartilhadas.

Ao realizar um trabalho conjunto, os professores, com certeza, estarão fortalecendo seu compromisso de cidadania, aliando-se a questões mais complexas que poderão melhor fundamentar um trabalho de caráter inovador, com a responsabilidade de avaliação contínua da própria prática.

Desta forma, a ação educativa assume um direcionamento propositivo, havendo considerável empenho na tomada de decisão. A

partir de uma proposta curricular cuidadosamente elaborada, considerando a diversidade do alunado que integra o contexto escolar, é que serão geradas as oportunidades de formação continuada, sob um roteiro coerente com a realidade e as necessidades da escola.

A tarefa educacional da escola é abrangente e envolve também os pais, num compromisso integrador de absoluta parceria. Os resultados se manifestam de modo mais favorável, quando professores e pais se apoiam e, além da escola contar com este auxílio, mantém-se aberta às suas necessidades, disponibilizando-se a atender suas solicitações.

Assim, os valores próprios da escola estarão sendo integralmente compartilhados, de modo que a sua identidade e os seus propósitos sejam cuidadosamente articulados. Significar o coletivo do processo educativo de forma ativa assegura aos educadores, assim como à escola, priorizar o engajamento no processo de mudança, atualizando seus paradigmas.

3.3.1 Educação escolar na diversidade

Para Brazelton (2002), a prática pedagógica na diversidade exige uma atuação contínua e coerente para que a base da aprendizagem possa ser constituída, estimulando o aluno para além de querer aprender, decidir-se a aprender.

Desta maneira, o desafio para a escola aberta às diferenças pressupõe um diferencial na disponibilidade para o atendimento das necessidades individuais dos alunos. O desenvolvimento do trabalho educativo, deve partir do contexto próximo do aluno, distanciando gradativamente para novos ambientes, considerando seus interesses, experiências, enfim, a incorporação de todos os aspectos que possam favorecer o seu desempenho escolar.

O andamento do processo de ensino-aprendizagem carece da máxima referência sobre o educando. Com a aquisição de informações, torna-se possível situar as reais condições da capacidade de aproveitamento do aluno, no decorrer do processo de ensino-aprendizagem.

A partir do exposto, obter informações, aprofundar os conhecimentos vinculados ao aluno, acompanhar seu desempenho escolar, buscar conhecer seus questionamentos, suas dificuldades, significa abrir espaço para a participação qualificada, no sentido de melhorar a relação do aluno com seu próprio processo de aprendizagem, de forma cognitiva e afetivamente.

Segundo Alcudia (2002, p.128):

[...] o objetivo primordial da avaliação é proporcionar informações de diversos tipos que sejam úteis para modificar, como consequência, o processo de andamento da sala de aula. A avaliação não é um recurso exato, mas um processo contínuo que se entrecruza com o próprio processo de ensino-aprendizagem.

Manter o aluno na escola não garante sua aprendizagem, assim como as provas não informam o real conhecimento adquirido. Desta maneira, a comunidade escolar precisa mobilizar-se para que o alunado especial possa ser beneficiado da melhor forma possível, bem como sejam utilizadas avaliações que informem seu desenvolvimento.

Deste modo, é possível incorporar os próprios conhecimentos ao processo de ensino, valorizando seu desempenho nas relações que se efetivam no contexto. As ideias decorrentes dessas reflexões, certamente estarão provocando mudanças em suas experiências pedagógicas, obrigando que professores, alunos e escola passem à recontextualização de paradigmas que poderão, habitualmente, ser incorporados na atuação do aluno em seu cotidiano.

A prática pedagógica na diversidade exige uma atuação contínua e coerente para que a base da aprendizagem possa efetivar-se, levando em consideração as especificidades de cada aluno.

O desafio para a escola aberta à diversidade pressupõe um diferencial na disponibilidade para o atendimento das necessidades individuais dos alunos.

3.4 O professor como educador e o aluno como sujeito da práxis educativa

O fator primordial para o professor constituir-se autêntico educador é o estabelecimento de vínculos educacionalmente construídos, reconhecidos como capazes de provocar em ambos, professor e aluno, o entusiasmo pelo conhecimento, nutrindo a animosidade pelo prazer de aprender. É nesta inter-relação que o professor despertará no aluno o desejo de suplantar seu mestre, iluminado pelos saberes adquiridos do mesmo.

Conforme Tardif (1999), numa profissão essencialmente de interação humana como é o magistério, as convicções, a personalidade do professor passam a fazer parte do trabalho formativo, constituindo, muitas vezes, a referência básica da mediação, visto que os saberes profissionais dos professores trazem consigo as marcas do humano. A partir disso, necessita o educador assumir uma postura ética sob uma abordagem de determinação profissional, tornando-se capaz de reorientar suas estratégias de trabalho em função das necessidades observadas.

Todo professor deveria, pelo trabalho a que se propôs, pelo seu ideal de vida, ser um educador, investido da aspiração de construir e conquistar vitórias, na luta em prol da aquisição da sabedoria, tão necessária à sensibilização e humanização das relações socioculturais. Na interacionalidade de seu trabalho, usufrui da autonomia profissional e, como agente transformador, articula ações voltadas à superação da dicotomia entre a teoria e a prática.

O compromisso profissional, neste sentido, prioriza ao professor a compreensão do outro, que se expressa na condição de aluno, acreditando e visualizando as mudanças e transformações necessárias. Assim, nutre o interesse de estar em condições de orientar cada educando para compreender a importância e o valor de sua participação na própria formação e vivência da cidadania.

Em razão do caráter e da especificidade de seu trabalho, a aprendizagem contínua é uma exigência à carreira profissional do professor, que precisa antes aprender para depois ensinar, pois professor

que é professor está estudando sempre. Segundo Novoa “[...]mais importante que formar é formar-se.” (2001, p.13). Portanto, aprender a aprender constitui-se o paradigma do professor contemporâneo, que precisa manter-se atualizado, seguro e capaz de significar a ação docente, fertilizando adequadamente o processo de ensino-aprendizagem, por meio do aperfeiçoamento contínuo.

A partir da rapidez com que ocorrem as mudanças na sociedade, as notícias, as conquistas socioculturais, a educação continuada constitui-se uma exigência para qualquer área profissional. Porém, para o professor, particularmente, ela torna-se imprescindível, em razão de seu conteúdo de estudo ser extraído da prática social e, ainda, pelo compromisso na construção dos conhecimentos e na reestruturação dos saberes, de forma a garantir, ao educando, aprender a aprender. “Só ensina quem aprende” (GROSSI, 2001).

O desafio de estimular os alunos à cognoscitividade, mantendo as aulas interessantes e garantindo a necessária disciplina em classe, exige do professor uma atitude talentosa de competência profissional, apresentando o domínio de conteúdo e o conhecimento da Didática, além de postura ética. A reflexão sobre as condutas humanas é inspirada nos valores de igualdade e equidade, que se efetivam no contexto escolar, envolvendo alunos, professores, pais, funcionários entre outros. Condição esta, que se obtém pelo estudo, convivência no espaço escolar e reflexão, sobretudo pela eficiente interação em sala de aula.

Os alunos precisam identificar-se com a própria dimensão histórica, situar-se no contexto, ao mesmo tempo em que se veem capazes de articular o conhecimento em espaço e tempo diferentes, resgatando informações para novas propostas e/ou perspectivas transformadoras. Temos, portanto, que proporcionar liberdade ao aluno, em termos de conhecimento, criatividade, paixão, imaginação, para que ele adquira sabedoria e a valorize, com significação pessoal. Ele precisa compreender que o homem detentor do conhecimento torna-se poderoso, no sentido de

que ao adquirir o domínio do saber, tanto age como interage na natureza com mais autonomia.

Ter o humano como objeto de trabalho traz uma segunda consequência para o trabalho do professor: o seu componente ético e profissional. O intenso processo de relações que se trava na prática educativa produz mudanças emocionais inesperadas, leva o professor a questionar suas intenções, seus valores, suas maneiras de ensinar, enfim, a conhecer melhor as próprias e suas consequências nas formação dos alunos (GUIMARÃES, 2004, p. 52).

Através da liberdade de ação, o aluno adquire condições para aprofundar conteúdos, expor e discutir ideias, encaminhar argumentação, realizar experiências e desenvolver o senso crítico. Razão pela qual o professor precisa preocupar-se com a contribuição que os conteúdos desenvolvidos em sala de aula podem oferecer à formação do aluno para que o mesmo possa expressar seus saberes na prática social. O professor precisa estar atento à realidade do aluno, buscando conviver com suas diferenças, procurando contribuir com a elevação de suas perspectivas, sabendo ouvir suas ideias e auxiliando-o a vencer os desafios que se apresentam.

Há um consenso no fato de relacionar a eficiência do ensino à boa formação do professor. Um professor bem formado é o que se entende como pré-requisito para a garantia do êxito educativo, pois parece que a grande dificuldade consiste em traduzir os conhecimentos teóricos às práticas pedagógicas, donde deriva a importância da Didática como fator conjugado à ação docente.

Conforme Veiga (1992 p. 67): "O aluno é visto como um ser concreto situado historicamente. Traz consigo um saber que lhe é próprio, e que precisa ser valorizado e reelaborado para que, conscientemente possa gerar mudanças na realidade."

Concebida como responsável pela concretização do ensino, a Didática explicita como função básica a orientação do ensino-aprendizagem, considerando a formação profissional do professor, constitui-se numa de suas preocupações, a fim de que ele possa orientar

com competência o processo de ensino. Desta forma, é possível compreender que o objeto de estudo da Didática constitui-se em prover condições e meios pelos quais se assimile ativamente os conhecimentos, instrumentalizando os professores à atuação mais eficiente, conjugando o domínio do conteúdo com os saberes didáticos.

Compreendendo a dualidade da formação profissional do professor em sua abrangência teórico-científico e técnico-prática, a Didática propõe ao mesmo inúmeras e relevantes questões. Ambas as dimensões estão direcionadas especificamente para a docência, auxiliando o reconhecimento, a importância da organização dos conteúdos com a articulação de seus aspectos teóricos e práticos. Assim interagindo, o docente estará fundamentado para analisar sua prática para assim refletir e poder aprimorar a qualidade de seu trabalho.

Portanto, a formação do professor abrange a interpenetração continuada entre teoria e prática. Sob esse entendimento, a Didática caracteriza-se como função mediadora entre as bases teórico-científicas da educação escolar e a prática docente.

É importante refletir sobre as atividades educativas que a escola desenvolve com base nas finalidades que define em seu contrato didático de ensinar e educar. Em síntese, a atenção à aprendizagem do educando é o que justifica a prática docente.

Os educadores, enquanto alicerces da equipe pedagógica, atuam como mediadores, orientando a aquisição de conhecimentos que sejam significativos para o educando. Assim, buscam na Didática os fundamentos orientadores de melhores condições de aquisição do conhecimento. É na interatividade com o saber que professor e aluno se encontram, investindo esforços para o alcance de resultados efetivos, utilizando-se de ações propositivas e considerando a relevância dos conteúdos curriculares.

É no coletivo da escola que se dá a reflexão referente à amplitude do trabalho desenvolvido, considerando a elevação da perspectiva de novas realizações, de possíveis mudanças tendo a clareza das finalidades e

objetivos norteadores de vivências e atividades pedagógicas. Daí surgem ideias e oportunidades de educação continuada, relacionadas com as necessidades do aluno da escola e, principalmente, do próprio professor.

A autonomia do professor, exercida com responsabilidade, permite-lhe que assuma um projeto de eficiência, a partir de um currículo cuidadosamente elaborado, pois como educador ele deve estar consciente de que não pode comprometer a qualidade do trabalho escolar e muito menos causar prejuízos ao desenvolvimento e formação dos alunos.

Os pais precisam ser informados que a escola está aberta a eles e que podem também auxiliar nas tarefas educacionais. Ao interagir com os pais, serão amplamente compartilhados os valores próprios da escola, de modo que a sua identidade e os seus propósitos também poderão estar sendo consolidados num trabalho conjunto envolvendo: escola, família e sociedade.

É também necessário que os pais percebam que, na escola, o tempo da aprendizagem é cuidadosamente articulado, os valores, as normas são respeitadas sob o esforço conjunto do direcionamento efetivo a um propósito explícito: a formação para a cidadania competente e participativa.

Assim todos, principalmente os pais, poderão compreender que o professor, como autêntico educador, interessado na emancipação e autonomia de seus alunos, tem um compromisso especial na democratização da sociedade e no processo de desenvolvimento da humanidade. Ele sabe que, se por um lado, a aprendizagem se realiza a partir do esforço e empenho pessoal do educando, por outro, necessita ser orientada por sólidos princípios, que se constituem alimentadores dos objetivos propostos.

Segundo Veiga (1992, p 86), “O professor deve preocupar-se também com a visão crítica do conhecimento que esta sendo transmitido. Essa é uma condição necessária para que o conhecimento tenha significado e valor educativo para o aluno.”

Assim sendo, é preciso que o professor explicita suas ideias e lute pelos objetivos de seu trabalho, tendo sempre novos interesses profissionais à vista. A busca de parceria para dar sequência a seus

propósitos profissionais o auxiliará a encarar as mudanças necessárias à construção de um projeto educacional fortalecedor de seus objetivos e o ideal de educador.

Gasparin (2007) enfatiza que os sujeitos aprendentes e o objeto de sua aprendizagem são postos em recíproca relação por meio da mediação do professor. É sempre uma relação triádica, marcada pelas determinações sociais e individuais, que caracteriza os alunos, o professor e o conteúdo.

Pela educação escolar é que se democratizam os conhecimentos, formando a capacidade de pensar criticamente os problemas e refletir sobre os desafios impostos pela realidade social. Desta forma, o educando adquire condição de autossuficiência e torna-se capaz de inserir-se no contexto social, dando novo rumo à sua vida.

Como responsável direto da ação educativa da escola, o professor precisa ter claros os objetivos que determinam a sua ação pedagógica; portanto, torna-se imprescindível que se responsabilize pelo planejamento de ensino, como uma etapa essencial à ação docente.



Capítulo 4

O planejamento de ensino e avaliação

O planejamento organiza a ação educativa, prevendo o encaminhamento de ações e procedimentos estimuladores, a fim de efetivar o processo educativo de forma favorável à otimização dos resultados. É um ato político ideológico e como recurso pedagógico constitui-se num instrumento didático de base.

Segundo Martinez (1977), o planejamento constitui-se um processo de previsão de necessidades e racionalização do emprego dos meios materiais e dos recursos humanos disponíveis, com a finalidade de alcançar objetivos concretos em prazos e etapas previamente estabelecidos, a partir do conhecimento e avaliação da realidade. Trata-se, portanto, da aplicação de critérios racionais quanto à organização da ação educativa.

Planejar faz parte da vida do homem em qualquer condição de vida que o mesmo se encontre. Em educação, o planejamento constitui-se num fundamental instrumento de organização e desenvolvimento de um trabalho consciente e racional, com metas e objetivos definidos. Veiga (1991, p. 52) enfatiza que “[...] o planejamento de ensino deverá ser assumido pelo professor como uma ação pedagógica, consciente e

comprometida à totalidade do processo educativo transformador, o qual emergindo do social a ele retorna numa ação dialética.”

O planejamento de ensino constitui-se num recurso pedagógico utilizado para acionar o trabalho docente. Trata-se de um processo organizador das diferentes etapas da ação educativa, cujo roteiro flexível impõe-se como imprescindível instrumento da prática docente.

A partir do planejamento é que são estabelecidas as ações responsáveis pela previsão, organização, execução e avaliação das atividades didáticas desenvolvidas no decorrer do processo de ensino-aprendizagem, propostas em razão dos objetivos estabelecidos.

Como previsão consciente da ação docente, o planejamento representa ainda um momento ou etapa de pesquisa e reflexão, intrinsecamente relacionado à avaliação, na qual são articuladas as ideias, expectativas, numa conexão com os conteúdos a serem desenvolvidos na prática pedagógica. Envolve questões específicas como: organização, coordenação, revisão, adequação e reestruturação.

O planejamento educacional discute as questões do ensino, considerando as exigências da prática social, uma vez que ao interagir diretamente com toda a sociedade, a escola acaba recebendo influência de toda dinâmica estrutural do contexto universal. Portanto, nenhum planejamento é neutro. Suas relações são intrinsecamente afetadas pelo movimento que se depreende das diferentes organizações, sejam elas governamentais ou não. O eixo dos fundamentos do planejamento escolar é perpassado por implicações de caráter político, econômico, religioso, entre outros.

Enfim, esta interação é que sustenta a tomada de decisões, uma vez que representa a porta de entrada da ideologia vigente, ou seja, estabelece uma relação articuladora entre a realidade sociocultural e a escola. Assim, torna-se necessário ao professor resgatar o verdadeiro sentido do planejamento de ensino, tendo em vista que seu valor não consiste em apenas selecionar e/ou indicar conteúdos a serem desenvolvidos no processo de ensino-aprendizagem, mas, principalmente, objetiva apreender esforços para ultrapassar a superficialidade do contexto da

preservação do conhecimento, indo além do compromisso ou do dever com a matéria, e com o compromisso do cumprimento curricular.

O planejamento em educação vincula-se ao Plano Nacional de Educação, cuja meta centraliza-se na formação de sujeitos históricos e de cidadãos que coletivamente possam, em sua plenitude, intervir na sociedade em que convivem, conscientes da valorização do ser humano em toda a sua dimensão. Sendo um importante instrumento de orientação das etapas da prática pedagógica, o planejamento tem como fundamento básico de sua função didática orientar para valores, ideais e compromisso de vida.

Nesta perspectiva, o trabalho docente avança na proporção em que a escola ousar enfrentar desafios, fundamentada numa visão cuidadosamente articulada com a sociedade em que o aluno está inserido, a partir da objetivação dos resultados da aprendizagem.

O fenômeno educativo indica como necessária prioridade selecionar e estabelecer os devidos encaminhamentos que se constituirão em padrões de planejamento de ensino, de forma a orientar a escolha de recursos que favoreçam a operacionalização de ações pedagógicas aprimoradas.

Todo trabalho docente tem uma proposta subjacente aos elementos componentes do planejamento, que decorre da integração entre as Políticas Nacionais e o Plano Nacional de Educação. Na instituição escolar esta proposta se decodifica em metas a serem atingidas, por meio do reconhecimento das prioridades educacionais. Para compreendermos as Políticas Educacionais torna-se necessário conhecer a estruturação do Estado Moderno e a sua relação com o sistema produtivo.

Segundo Libâneo (1991), os determinantes sociais e culturais influenciam diretamente no planejamento da escola e do ensino funcionando como bússola de orientação, indicando as condições de vida dos alunos, seus hábitos, formas de linguagem, entre outros. Enfim, torna-se benéfico referencial educativo, o conhecimento prévio das condições escolares dos alunos, suas habilidades, hábitos e atitudes, nível de desenvolvimento, experiências de estudo, entre outros aspectos que

permitam ao professor apreender suas condições potenciais, podendo, a partir dessas informações, organizar seu planejamento tendo uma clara representação do contexto, valorizando os conhecimentos de domínio dos alunos.

Libâneo ainda enfatiza a necessidade de se repensar o significado da seleção dos conteúdos, bem como a elaboração dos objetivos, pois são questões que exigem uma análise crítica do referencial utilizado, no sentido de atender as exigências da democratização da prática educativa, referendadas pelos determinantes sócio-políticos.

4.1 Organização do trabalho pedagógico

A elaboração do planejamento de ensino expressa a diretriz a ser concretizada praticamente, a partir de decisões coerentes com a proposta de educação planejada. Assim, o planejamento, construído a partir da formalização da justificativa da disciplina, considerando a explicitação das funções pedagógicas e sociais exercidas pela escola e que também estarão fundamentando a definição dos objetivos, passa a consolidar-se.

O professor precisa, por meio da elaboração dos objetivos, deixar muito clara sua pretensão com o trabalho a ser realizado priorizando, no momento da definição, a relevância da experiência sociocultural que traz o aluno, passando, a seguir, para a indicação dos recursos e procedimentos metodológicos que serão utilizados na concretização dos objetivos pretendidos, tendo em vista a produção do conhecimento. Neste sentido, Lopes (1990 p, 154) explicita que: "Produzir conhecimentos significa colocar os sujeitos da aprendizagem numa perspectiva de indagação que leve ao estudo e à reflexão."

O plano deverá ser elaborado a partir das respostas referentes às questões: o quê? Por quê? Para quê? e Como ensinar? Planejar, portanto, consiste na organização sequencial de ações, com a intencionalidade de definir as metas e/ou resultados pretendidos, fundamentando o trabalho na filosofia de educação que orientará a atividade educativa. O conteúdo

da disciplina a ser planejada requer que suas unidades sejam organizadas em assuntos nucleares, agrupados por itens ou temas afins, estruturados coerentemente numa sequência lógica, por ordem de dificuldades.

Morin (2000) enfatiza a necessidade de orientar os alunos para a imprevisibilidade, para que os mesmos saibam enfrentar as adversidades provocadas pelas incertezas. Assim, a seleção dos procedimentos deve ser feita de modo que atenda às exigências da prática social, considerando suas finalidades educacionais. Portanto, reconhece ser de fundamental importância, para a educação do futuro, a inter-relação dos conhecimentos, considerando significativa a conscientização do aluno a respeito de sua identidade multicultural, sendo capaz de se reconhecer enquanto ser humano, inserido na teia universal das relações.

Além de organizar o trabalho docente, com o levantamento das condições prévias com as quais se pode contar, o planejamento permite que sejam antecipadamente tomadas as providências que se entendem como necessárias e que poderão auxiliar o professor na tarefa da docência, evitando possíveis transtornos.

4.2 O projeto político-pedagógico

O projeto político-pedagógico (PPP) representa uma forma de construção democrática, garantida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96). A instituição escolar torna-se visível pela mobilidade de suas ações, associando teoria à prática que, intencionalmente, realiza, direcionada pelo projeto político-pedagógico.

O PPP caracteriza-se como o documento de identidade da escola, construído na interatividade do coletivo escolar, contempla a organização dos conteúdos curriculares da instituição, buscando responder às demandas sociais, estabelece a necessária articulação entre escola e comunidade. Sua elaboração exige um trabalho dinâmico, voltado às questões do cotidiano escolar. Exige que todos sejam envolvidos, para que os alunos atuem como reconstrutores do conhecimento e se engajem na implementação da política educacional da escola.

Os processos que promovem a configuração da identidade escolar e seu confronto com outros contextos sociais produzem valores que permitem atribuir significados às ações, constituindo-se em marco de referência, tanto das condutas individuais como grupais (NÓVOA, 1992).

Para a construção do PPP cabe à escola convocar toda a comunidade escolar, conclamando que colabore participativamente, em parceria com os diferentes segmentos da sociedade, no delineamento de objetivos comuns, que possam corresponder às reais necessidades do alunado. Sua organização precisa ser precedida de uma postura séria diante de pressupostos que se configuram como fundamentais à coletividade, constituindo base da autonomia político pedagógica da escola.

Cabe a cada escola construir seu próprio projeto político-pedagógico, de modo a justificar os pressupostos norteadores da ação educativa. Trata-se de um importante momento de tomada de decisão, para se estabelecer as diretrizes, objetivos e metas da escola, considerando a valorização da formação de seus alunos.

A construção do PPP é o momento que dá oportunidade às discussões, sendo concedido espaço à equipe de profissionais da educação para explicitar metas, a fim de que possam investir esforços na construção do modelo de escola desejado. Uma escola interessada em fundamentar seu trabalho na formação humana, baseada em critérios e valores que sejam capazes de operacionalizar mudanças que concorram para a transformação social. Trata-se, portanto, de uma ação política, intencional, socializadora, educativa, que busca garantir melhorias das condições educacionais, visando oferecer ao aluno favorecedoras oportunidades de apropriação do conhecimento.

A construção de um projeto político-pedagógico sólido, consciente e embasado na realidade de atendimento às necessidades dos educandos, seguindo os princípios éticos de uma relação dialógica com a comunidade escolar, impõe novos desafios aos educadores.

Desta forma, a escola estará contribuindo para a construção do debate coletivo, unindo: escola, família e sociedade na formação do tripé fortalecedor das ações institucionais, estabelecendo os vínculos necessários às novas propostas educacionais, favorecedoras da formação de ideias emancipadoras.

4.3 Os objetivos de ensino

O ensino é conduzido pela objetividade das metas previamente estabelecidas e que são explicitamente determinadas pelos objetivos de ensino, que são os orientadores das modificações de comportamento desejados. Portanto, os objetivos de ensino representam a previsão da produção a ser obtida como resultado de uma intervenção pedagógica, ou seja, os objetivos focalizam as metas a serem atingidas pelo processo de ensino-aprendizagem.

Há uma relação intrínseca entre os objetivos determinados, os conteúdos selecionados e a avaliação. O estabelecimento de objetivos repercute como uma necessidade inerente a uma etapa do próprio planejamento de ensino, em seus diferentes níveis. É importante prever, entretanto, que é muito mais significativo avaliar a extensão de seus resultados, ao tomar consciência de sua adequação à realidade, considerando também seu valor à vida do aluno e da sua contribuição à prática social.

A classificação dos objetivos, segundo Bloom (1972), apresenta em sua amplitude os domínios: cognitivo, afetivo e psicomotor. Essa divisão se estabelece apenas para fins didáticos, no sentido de se obter melhor compreensão dos diferentes domínios, porém os três se inter-relacionam e nenhum deles existe isolado ou especificamente sem a influência dos demais.

Quando se estabelecem os objetivos, há o predomínio de uma das categorias de objetivos que se sobrepõe. Isto não descarta a influência das demais categorias, que certamente permanecerão uma das ações desenvolvidas. Por exemplo, se o objetivo prevê: interpretar uma poesia, trata-se de objetivo cognitivo, pois está relacionado à Língua Portuguesa e requer conteúdo específico da disciplina. Entretanto, a área psicomotora e

a afetiva também podem ser trabalhadas, ou seja, há espaço para que ambas possam ser explicadas.

4.3.1 Domínio cognitivo

O fenômeno educativo está diretamente relacionado às funções superiores do ser humano, envolvendo diretamente a inteligência, como atributo relacionado à capacidade de criar, fazer descobertas, produzir e interagir com o conhecimento, praticar a investigação articulando a cientificidade.

O domínio cognitivo desenvolve a cognoscitividade, refere-se à área intelectual, abrangendo as subáreas de conhecimento, compreensão aplicação, análise, síntese e avaliação. Atua na área da inteligência, promovendo o desenvolvimento das funções intelectivas, através de atividades que envolvam raciocínio, atitude e/ou pensamento científico, como: conceitos, princípios, teorias, fórmulas, entre outros. A escola se propõe a ensinar conteúdos e são conteúdos específicos relativos a toda a abrangência de conhecimentos acumulados pela humanidade. O aluno também produz conhecimento, pois elabora, constrói, interpreta a realidade com seus modos próprios de enfrentar novas situações.

A- conhecimento

O conhecimento envolve a apropriação de fatos específicos e informações concernentes a formas, meios e modos de se relacionar com os construtos dos universais e das abstrações de um determinado campo do saber. Em geral, refere-se a elementos que precisam ser memorizados. Abrange a investigação relacionada a especificidades estruturais do conhecimento de princípios e generalizações.

B- compreensão

Consiste no aspecto mais simples do entendimento; decorre da apreensão do sentido direto de uma comunicação ou de um fenômeno. Implica na capacidade de transferência, interpretação e extrapolação.

C - aplicação

Constitui-se no conhecimento de aplicação referente ao relacionamento de princípios e generalizações de casos particulares ou práticos.

D - análise

Refere-se à divisão do todo em suas partes, seguida de assimilação de suas particularidades, com apreensão do significado das partes em relação ao todo.

E - avaliação

Refere-se à atitude crítica diante dos fatos; compreende a emissão de juízos, sob a análise de seus fundamentos e conclusões, observando a correspondência entre a exatidão e precisão de dados.

4.3.2 Domínio afetivo

A atividade humana está fundamentada em comportamentos resultantes da integração entre afetividade e inteligência como fatores interdependentes que atuam em suas relações.

O domínio afetivo representa o grau de aceitação da pessoa em relação aos valores culturais de uma determinada sociedade, instituição ou comunidade, investindo esforços para a melhoria do relacionamento humano, desenvolve as atitudes e as emoções.

Segundo Turra, (1975, p. 78),

Os objetivos do domínio afetivo enfatizam uma tonalidade de sentimento, uma emoção ou um grau de aceitação ou de rejeição. Os objetivos afetivos variam desde a atenção simples até fenômenos selecionados, até qualidades de caráter e de consciência complexas, mas internamente conscientes. Descobrimos grande número de tais objetivos na literatura, expressos como interesses, atitudes, apreciações, valores e disposições ou tendências emocionais.

Trata-se dos objetivos que descrevem mudanças de interesse, atitudes, valores e contribuem com o desenvolvimento de apreciações e ajustamentos adequados ao bom convívio e às interações.

O homem, como um ser de relações, convive em sociedade como membro integrante de instituições sociais sujeitas ao estabelecimento de normas e padrões de comportamento, que, uma vez aceitos pela maioria, passam a se constituir valores.

As categorias apresentadas pelo domínio afetivo compreendem:

A- Receptividade

Constitui-se a primeira categoria, sendo definida como sensibilidade para a exigência de certo fenômeno ou estímulo, isto é, espontaneidade para recebê-los ou prestar-lhes atenção.

B- Reação

Refere-se a um comportamento que vai além de meramente prestar atenção a um fenômeno; implica em atenção ativa, ou seja, interagir fazendo algo com ou sobre o fenômeno e não simplesmente percebê-lo

C- Valorização

O comportamento, que pertence a esta categoria, vai além de fazer algo sobre certo fenômeno. Implica percebê-lo, distinguindo seu valor, encaminhando para a adoção de uma atitude consistente no comportamento relativo a este fenômeno.

D- Organização

Esta categoria é definida como a conceitualização de valores e o emprego destes conceitos para determinar a inter-relação entre valores.

E- Caracterização

A organização de valores, crenças, ideias e atitudes num sistema internamente consistente é chamada caracterização. Vai muito além da simples determinação de inter-relações entre vários valores.

4.3.3 Domínio psicomotor

O domínio psicomotor refere-se ao desenvolvimento da habilidade motriz, da destreza e da aptidão para a prática. O manuseio ou o uso de equipamentos, o manejo de instrumentos, ou seja, operações que envolvam os movimentos físicos são parte decisiva da motricidade.

Segundo Turra (1975, p.92).

O domínio psicomotor está relacionado às atividades que exigem coordenação neuromuscular, desenvolve a área da motricidade, os hábitos e habilidades. Trata-se de um domínio estreitamente vinculado a aprendizagens específicas, como: a alfabetização, operação de instrumentos, execução de tarefas, entre outras.

Os objetivos psicomotores apresentam a seguinte classificação:

A- Percepção

Trata-se do primeiro passo da ação motora. Utiliza-se dos sentidos para informar a qualidade e/ou as referências dos objetos.

B- Predisposição

Refere-se ao ajustamento específico, preparatório para determinada ação, envolvendo os aspectos: mental, físico e emocional.

C- Resposta orientada

É a ação manifestada pelo aprendiz, correspondente à solicitação do orientador, trata-se do movimento que principia o desenvolvimento da habilidade.

D- Resposta mecânica

É a resposta aprendida, formando a constituição do hábito, referenciado pela ação, incorporada por meio da execução de tarefas.

E- Resposta complexa e evidente

É a capacidade para o desempenho do ato motor com eficiente grau de habilidade, cuja regularidade do nível de execução economiza tempo e energia.

Para uma adequada integração do aluno no contexto educacional, é fundamental que ele compreenda, entre outros aspectos, qual é a função dos objetivos, as metas e finalidades da educação e, ainda, qual é o papel do professor. Demo (2000) destaca a importância da função educativa do professor que, na sua opinião, continua essencial mais do que nunca, como educador não como mero instrucionista.

Ao acompanhar sua trajetória no espaço escolar, o professor poderá observar o comportamento de aceitação ou rejeição destes valores que se pretende perpetuar na escola, por meio da sua introdução no comportamento dos alunos. Exemplo: hábito de estudo, disciplina, respeito, responsabilidade, ética, honestidade, moral, entre outros.

Cabe ao professor em interatividade com o aluno, no processo de ensino/aprendizagem, possibilitar condições ao mesmo, para buscar o conhecimento da forma como ele é capaz. Assim, a vivência da realidade estará sendo transformada, como produção escolar, sob a ótica da intervenção didática, e o aluno estará descobrindo que sabe, reconhecendo que o que ele sabe também tem valor na escola.

4.4 Procedimentos metodológicos

A organização das atividades escolares, orientadas pelos procedimentos metodológicos, cria na escola um contexto em que professor e alunos interagem de modo sistematizado e educacionalmente sob um determinado encaminhamento.

O conjunto de procedimentos, atividades e interações utilizados intencionalmente para a revitalização do ensino e facilitação da aprendizagem, constitui os processos metodológicos do trabalho pedagógico, abrangendo as múltiplas formas de abordagem do processo de ensino-aprendizagem.

Confome Veiga (1991) “O método implica num processo ordenado e uma integração do pensamento e da ação/reação, à consecução do que foi planejado. A ideia de organização nele contida implica também no planejamento e replanejamento direcionado à coerente integralização dos procedimentos.”

O método de ensino preconiza o direcionamento dado à forma de se encaminhar a ação pedagógica, promovendo sua organização no sentido de tornar a compreensão do objeto do conhecimento mais acessível de apropriação, facilitando a dinâmica das interações entre o conteúdo, o método, os objetivos e a avaliação.

Portanto, além de tratar-se de uma ação que exige reflexão, a escolha do método de ensino está relacionada primeiramente aos objetivos, a seguir, aos conteúdos, à proposta de trabalho do professor, às características da turma, condições e possibilidades do ambiente escolar, entre outros fatores que possam interferir na questão.

Assim, para ser bem sucedido na escolha do método, o professor precisa refletir sobre os princípios básicos do ensino, com o objetivo de adequar o método ao conteúdo, de modo a garantir bons resultados na sua aplicação, considerando a realidade do aluno com o qual trabalha, ampliando as suas perspectivas de crescimento.

Daí a importância de serem detectadas as tendências e as características do aluno; só agindo assim, a escola poderá contribuir de forma mais adequada para a sua formação, respeitando suas condições e capacidades. Em seu processo de amadurecimento, o aluno fundamenta suas conquistas procurando avançar seus limites impostos pela zona de desenvolvimento proximal, conforme Vygotsky (1991).

Vygotsky defende a aquisição dos conteúdos científicos da escola. Sua ênfase recai no fato de se conceber o conhecimento científico socialmente acumulado, como instrumental capaz de fazer com que a produção sociocultural avance. Ele aposta na aprendizagem escolar como a grande redentora da humanidade. Na sua opinião, a escola exerce importante ação, intermediando a educação escolar formal, organizada,

cujo trabalho aciona as funções mentais superiores, com as aprendizagens específicas das diferentes disciplinas: Ciências, História, Artes, entre outras.

O professor é responsável por auxiliar seus alunos a melhorar seu desempenho, cabe-lhe o compromisso da escolha metodológica que melhor possa influir para aproximar e envolver o aluno na teia do conhecimento.

Não é mais possível à escola continuar com o transtorno e/ou sofrimento dos alunos, quando não aprendem ou não se apropriam dos conteúdos ministrados e, mais, quando descobrem que não conseguiram aprender aquilo que gostariam de ter aprendido. A causa de tal constrangimento pode estar relacionada ao método de trabalho utilizado pelo professor. Assim sendo, a situação também poderá ser revertida, com mais atenção à escolha de uma nova forma de se trabalhar, ou seja, adotando um método de ensino diferente.

Os métodos constituem-se no encaminhamento sistematizado do processo de ensino-aprendizagem, caracterizando que há uma direção eficiente, assumida, oferecendo considerável estímulo tanto aos alunos como ao docente e até mesmo à escola que se envolve com sua proposta, quando envolve ações coletivas de maior abrangência.

Os métodos pedagógicos são compostos por modos, formas e técnicas de ensino e, de acordo com o desenvolvimento do trabalho do professor, podem ainda ser individuais, em grupo ou coletivo.

4.4.1 Método do diálogo

A utilização do diálogo em classe permite estimular o pensamento do aluno por meio da explicitação de ideias, conceitos, experiências, conjugada a uma busca de novas descobertas, numa interpelação mútua dos conteúdos curriculares. De acordo com Freire e Shor (1986), o diálogo contrapõe-se ao ensino autoritário, transformando a sala de aula em ambiente propício à reelaboração e produção de conhecimentos. Torna-se importante ressaltar que na aula expositiva dialógica o

intercâmbio de experiências não se efetiva na simples forma de perguntas e respostas. Vai mais além, proporcionando uma troca de conhecimentos, em que professor e alunos reaprendem por intermédio da descoberta coletiva de novas interpretações do saber sistematizado.

Veiga (1991) considera a exposição dialógica uma alternativa para transformar a aula expositiva em técnica de ensino capaz de estimular o pensamento crítico do aluno, atribuindo-lhe uma dimensão participativa. Analisando a eficácia de seus resultados, constitui-se numa oportunidade favorável ao conhecimento de realidade da prática social pelos integrantes do ato pedagógico.

Na aula expositiva dialógica o professor toma como ponto de partida a experiência dos alunos relacionada com o assunto em estudo. Os conhecimentos apresentados pelo professor são questionados e redescobertos pelos alunos a partir do confronto com a realidade conhecida. Diferencia-se da aula expositiva tradicional, porque valoriza a vivência dos alunos, seu conhecimento do concreto e busca relacionar esses conhecimentos prévios com o assunto a ser estudado.

Ouvindo os alunos falarem sobre suas realidades, suas experiências de vida no contexto em estudo, o professor caminha com eles na busca de uma compreensão crítica e ao mesmo tempo científica da realidade global. Essa pesquisa de vivência dos alunos transporta-os para além dos limites do conteúdo restrito da aula e até o currículo do curso, sendo despertados para observar melhor a realidade à sua volta, estando atentos aos acontecimentos do exterior da instituição escolar. Nesse sentido, tornam-se pesquisadores ativos do conteúdo junto com o professor, embora não tenham recebido roteiro preestabelecido para isso.

A dimensão instrumental da aula expositiva dialógica permite especificar entre os elementos desencadeadores do processo coloquial, entre professor e alunos, a problematização. Problematizar implica questionar determinadas situações, fatos, fenômenos e ideias, a partir de alternativas que levem à compreensão do problema em si, de suas implicações e de caminhos para sua solução. Estimular os alunos a

levantar problemas e identificar as respectivas alternativas de solução é uma atitude docente transformadora, pois esse tipo de exercício conjunto na sala de aula leva à reelaboração e produção de conhecimentos.

Diferentemente do que ocorre na relação pedagógica tradicional, com a problematização o conteúdo apresentado pelo professor pode ser contestado e redescoberto pelos alunos. Segundo Freire e Shor (in Veiga, 1986 p. 44), a problematização é gerada pela curiosidade do aluno, a qual, por sua vez, leva uma percepção crítica da realidade. Dessa forma, utilizar-se da problematização na aula expositiva significa eliminar a passividade e a simples memorização por parte dos alunos e, ainda, o verbalismo por parte do professor, presentes na aula expositiva e tradicional.

Outro elemento dinamizador na aula expositiva dialógica é a pergunta. De acordo com Freire e Faundez (in. Veiga 1986), a produção e reelaboração de conhecimentos começa a partir de uma indagação. Isso significa dizer que é a partir da vontade em querer saber algo que o conhecimento passa a ser produzido. E ainda, somente a partir da pergunta é que se deve buscar respostas e não o contrário. Estabelecer respostas não provoca curiosidade nem produção do conhecimento; apenas reprodução.

Segundo Veiga (1991), ao se adotar a Pedagogia Crítica, é possível incentivar a curiosidade dos alunos e desenvolver nos mesmos uma atitude científica, a fim de incentivar a produção de conhecimento. Desta forma, não podem existir perguntas sem sentido, fora do propósito da aula. Ao perceber uma pergunta mal formulada o professor jamais deve desconsiderá-la, mas ajudar o aluno a reelaborá-la, pois essa atitude educa o aluno para aprender a perguntar.

Na metodologia expositiva dialógica, tendo em vista o caráter de dialogicidade presente na relação professor-aluno, não significa que a diretividade do professor seja totalmente eliminada da sala de aula com base na permissividade. O caráter democrático das relações fundamenta-se no saber que é compartilhado entre professor e alunos, exercitando, desta forma, o

pensamento criador. Por intermédio do diálogo, os alunos são estimulados a compartilhar da reelaboração dos conhecimentos e incentivados a produzir novos conhecimentos a partir dos conteúdos aprendidos.

4.4.2 O seminário como técnica de ensino

A técnica do seminário apropria-se do desenvolvimento do trabalho em grupo, levando a classe à participação ativa no contexto da pesquisa, assumindo compromisso direto com a sua formação, ao mesmo tempo em que mantém interesse pelo desempenho dos colegas.

Conforme Veiga (1991, p. 106),

etimologicamente o nome desta técnica vem da palavra latina *seminariu*, que significa viveiro de plantas onde se fazem as sementeiras. Sementeira indica ideia de proliferação daquilo que se semeia, local onde se coloca semente. Isso significa que o seminário deve ser a ocasião de semear ideias ou de favorecer sua germinação.

No sentido amplo, seminário significa um congresso científico, cultural ou tecnológico, isto é, um grupo relativamente numeroso de pessoas (educadores, especialistas, técnicos ou alunos), com o propósito de estudar um tema ou questões de uma determinada área, sob a coordenação de uma comissão de educadores, especialistas ou autoridades no assunto. Como exemplo, pode citar-se: Seminário Nacional de Prática de Ensino Supervisionado, Seminário Tendências e Prioridades do Currículo na Realidade Brasileira etc.

No sentido restrito, o seminário, visto como uma técnica de ensino, é o grupo de estudos em que se discute e se debate um ou mais temas apresentados por um ou vários alunos, sob a direção do professor responsável pela disciplina ou curso.

4.4.2.1 Objetivos

Os objetivos do seminário já estão contidos na sua conceituação, mas pode-se dizer, mais explicitamente, que tem em vista:

1. ensinar pesquisando;
2. revelar tendências e aptidões para a pesquisa;
3. levar a dominar a metodologia científica de uma disciplina;
4. conferir um caráter científico;
5. ensinar a utilização de instrumentos lógicos de trabalho intelectual;
6. ensinar a coletar material para análise e interpretação, priorizando a objetividade ;
7. introduzir, no estudo, interpretação e crítica de níveis de trabalhos mais avançados;
8. ensinar a trabalhar em grupo e desenvolver o sentimento de comunidade intelectual entre os educandos e entre os professores, sobre fatos observados e a refletir sobre os mesmos;
9. levar a assumir atitude de honestidade e exatidão nos trabalhos efetuados;
10. dominar a metodologia científica de modo geral.

4.4.2.2 Componentes de um Seminário

Um seminário pode constar de diretor, relator, comentador e demais participantes. Pode, no entanto, para fins didáticos, contar somente com o diretor do seminário, relator e demais participantes.

Caso o seminário funcione à base de subgrupos, os relatores são os seus representantes.

Um seminário pode funcionar como um só grupo ou dividir-se em subgrupos, dedicando-se cada um deles ao estudo de aspectos particulares de um mesmo tema, ou temas diferentes de uma mesma disciplina.

4.5 Avaliação da aprendizagem

A avaliação constitui-se numa tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que compõe o processo de ensino e da aprendizagem. É, comumente, considerada uma etapa básica e indispensável para o bom andamento de todo trabalho que se realiza.

Constitui-se no processo de atribuição de símbolos ou valores, previamente aceitos e/ou estabelecidos, aos fenômenos, com o objetivo de caracterizar um julgamento, com base em padrões ou instrumentos convencionais que possibilitem a visualização do nível de desempenho ou a qualidade das interações.

Em geral, quando se trata de educação, há a compreensão de que a avaliação se restringe à aferição de resultados ao produto da aprendizagem e, mais, para muitos ela ainda está vinculada apenas aos conceitos de aprovação ou reprovação. Estas funções atribuídas isoladamente, não justificam sua finalidade, conforme prevê a Didática.

Segundo Demo (1991), a boa educação não se restringe à quantidade de tempo de anos de estudo, de tributos formais, livros dirigidos, mas de quantidade humana que pode ser manifestada e impregnar um analfabeto.

É indiscutível o valor da avaliação no processo educativo, pois ela é que fornece indícios quanto à realidade do conhecimento do educando em relação a sua apropriação da aprendizagem, bem como quanto ao funcionamento do processo didático. Entretanto, constitui-se num tema profundamente polêmico e contraditório, em razão das diferentes concepções que a caracterizam e das variadas compreensões da sua função.

Luckesi (2002) compreende a avaliação como uma apreciação qualitativa sobre dados relevantes do processo de ensino-aprendizagem que auxilia o professor a tomar decisões sobre seu trabalho.

Apesar da complexidade de seu desfecho, a avaliação da aprendizagem é tarefa integrante do ato educativo, é de fundamental importância e necessária. Pela grande responsabilidade de seus resultados, exige um tratamento especial, como todo o andamento do trabalho pedagógico. Em razão das funções que desempenha, com base na identificação de suas funções, a avaliação é um momento privilegiado, capaz de expressar a configuração de um trabalho que poderá ser reafirmado ou modificado, de acordo com o teor da qualidade que seus resultados apresentam.

Considerando as mudanças esperadas, o desempenho do aluno assume diferentes conotações, podendo exibir vários níveis ou formas de comportamento. Torna-se relevante destacar que os resultados da aprendizagem, sistematizada ou organizada pela escola, têm uma função definida e, como tal, têm também importância prática para a vida diária. Pode, portanto, o aluno apresentar reações ao conteúdo, incorporando em sua vivência as noções do conhecimento recebido, podendo, assim, passar a manifestar hábitos, habilidades e atitudes que caracterizem a aprendizagem e possam também contribuir para o processo avaliativo, uma vez que as informações observadas foram já incluídas em seu comportamento.

Conforme Locke, citado por Enguita (1989, p. 111),

Ninguém está obrigado a saber tudo. O estudo das ciências em geral é assunto daqueles que vivem confortavelmente e dispõem de tempo livre. Os que têm empregos particulares devem entender as funções; e não é insensato exigir que pensem e raciocinem apenas sobre o que forma sua ocupação cotidiana.

O tratamento dado à avaliação não corresponde fielmente às expectativas da proposta aspirada, pois já está cristalizada a ideia da avaliação como etapa final do processo, isto não traduz o que na realidade se atribui como sua função. É comum verificar que ambição pela nota e pela aprovação constitui-se na grande expectativa, como fator norteador da operacionalização da etapa de julgamento. Entre os professores também predomina ainda a ideia do pré-julgamento do aluno em função da nota ou grau obtido ou registrado. Quanto à opinião dos alunos, os professores que mais reprovam, assim como os que atribuem as menores notas, são, por eles, considerados bons professores, não raras vezes tidos como os melhores.

O juízo avaliativo, emitido a partir da opinião formada pelo pré-julgamento que o professor constrói sobre o aluno, baseado apenas em sua

visão preconceituosa e discriminativa, certamente é desprovido de reflexão, bem como de senso crítico e elaboração mental. Portanto, tal procedimento deve ser questionado, analisado e revisado por justificar a necessidade de mudança.

O verdadeiro conhecimento caracteriza-se pelo acréscimo que efetivamente se observa na vida do aluno, numa confirmação de mudanças resultantes da aprendizagem que, uma vez incorporadas em sua vivência, passam a sedimentar sua personalidade. Por isso, é necessário observar a criança, prestar atenção no seu desempenho, interagir com a mesma e interessar-se por seus problemas, pois nenhum professor será capaz de avaliar tão eficazmente seu aluno se nele não tiver prestado atenção.

A partir do exposto, o debate a respeito da avaliação por estudiosos do assunto, como Sacristán (2007), Luckesi (2003), Perrenoud (2000), Neves (2008) Hoffman (1993), certamente não cessará, tendo em vista tratar-se de um tema tão instigante, que necessariamente perpassa todas as etapas de ensino e se faz presente em todos os seus níveis, extrapolando os espaços da escola, estando presente na sociedade em todas as suas dimensões sociais.

Razão pela qual a discussão a respeito dos papéis que a avaliação desempenha avança muito lentamente, apesar da amplitude com que vem sendo tratada. Talvez isto seja justificado pela relação que normalmente se desencadeia, quando os interlocutores, no decorrer do enfoque coloquial, estabelecem, retroagindo em suas ideias aos tempos em que tenham sido alvos do processo avaliativo, considerando-se vítimas das marcas de avaliação, quando a mesma possa ter sido vivenciada como uma relação conflitual, ou instrumento de discriminação sofrido no interior da instituição escolar.

Perrenoud (2001, p. 80-81) faz referências à avaliação, identificando-a como a todo-poderosa, considerando a opinião de alguns autores que fazem alusão aos aspectos negativos da mesma, ressaltando o caráter manipulador com o qual muitas vezes é utilizada. Considera, o

autor, ser esta etapa, o componente menos confortável da prática educativa, pois corre o risco de injustiça e de causar indisposição do aluno para o estudo, concorrendo para a manifestação do fracasso escolar.

A exigência da educação contemporânea em relação à avaliação é no sentido da avaliação continuada, buscando-se considerar a trajetória do aluno no universo escolar, oportunizando-lhe o apoio pedagógico quando necessário, para poder detectar suas dificuldades escolares, antes mesmo que seja instalada uma relação conflituosa que torne as aulas desestimulantes.

Em muitos casos de história de vida escolar, em que o abandono e o fracasso escolar se fazem presentes, os alunos evadidos apontam a avaliação como responsável por esta decisão, uma vez que os mesmos acabam sendo discriminados pelos colegas na escola e, em classe, são abandonados pelo próprio professor que prefere ignorar o drama que se instala, em detrimento de não haver aprendido, ou até mesmo, não estar sendo compreendido pelo professor que prefere evitá-lo, passando a tratá-lo como um caso que não vale a pena.

Bem sabemos que são inúmeros os desafios da avaliação. Portanto, a ação do professor em relação à prática avaliativa deve estar respaldada no debate pedagógico da comunidade escolar, permitindo-se ouvir a opinião dos alunos. Porém, escola e professores continuam ignorando o que eles têm a dizer. De modo geral, os alunos querem ser ouvidos, querem opinar e participar das decisões que envolvem sua vida escolar. Toda coletividade escolar sabe que o tratamento dado à avaliação, em geral, não corresponde fielmente às expectativas que se constroem sobre o assunto no contexto da instituição.

Hoffman (1993 p. 94), associando a correção à questão da avaliação, faz uma abordagem relacionada às tendências pedagógicas, relatando os desafios que a avaliação impõe aos professores construtivistas. Na opinião do autor, “Desenvolver procedimentos coerentes representa para eles um grande desafio, inerente ao próprio construtivismo. Como [...] a preocupação com o ensino de qualidade revela-se, assim, fortemente na discussão dessa questão específica da correção.”

É válido acreditar que a avaliação justa é possível. Somente os homens que creem apaixonadamente nos valores e põem em jogo uma vontade apaixonada podem chegar a ser grandes cientistas. Para que a avaliação adquira a importância que realmente tem no processo de ensino-aprendizagem, algumas critérios tornam-se necessários:

- Selecionar técnicas adequadas para avaliar o que se pretende.
- Utilizar uma variedade de procedimentos que sirvam para avaliação dos aspectos quantitativos e qualitativos.

4.5.1 Etapas da avaliação.

Determinar o que vai ser avaliado: o professor deve indicar o que vai avaliar; a aquisição pura e simples do conhecimento, o interesse, as habilidades etc. Planejar a tarefa avaliativa é fundamental pois sua função é muito importante. Além disso, é imprescindível estabelecer os critérios e as condições para a avaliação.

a) Critérios: são os indicadores que mostram o êxito alcançado na operação. Os critérios devem ser formados de maneira precisa e objetiva.

b) Condições: são as situações em que o processo de avaliação é realizado. Podemos avaliar diagnóstica, formativa ou somaticamente. Podemos avaliar em situação de prova, no dia-a-dia. Na situação de prova os alunos desenvolvem um conjunto uniforme de tarefas e têm consciência de que estão sendo avaliados. Existem técnicas e instrumentos mais adequados para cada tipo de avaliação. Não podemos, por exemplo, utilizar teste objetivo para verificar se o aluno sabe dirigir um carro, entretanto, é possível realizar um teste de Língua Portuguesa.

A classificação das técnicas e instrumentos de avaliação é diversificada, pois é grande a variedade de procedimentos que o professor tem a seu dispor para determinar o nível de desempenho apresentado pelos alunos em função dos objetivos propostos.

Para realizar uma avaliação adequada é imprescindível utilizar instrumentos que proporcionem dados corretos. Para isso, além de definir bem o que queremos, devemos selecionar o instrumento que se preste à coleta dos dados referentes aos objetivos propostos.

4.6 Modalidades de avaliação

A avaliação caracteriza-se de diferentes formas, de acordo com a perspectiva de seus resultados, pode ser: diagnóstica, formativa e somativa.

A avaliação diagnóstica é aplicada no início do trabalho para fazer uma sondagem das condições do aluno em relação aos conteúdos do ensino. O conhecimento que o aluno traz consigo é a significativa base na qual se ancoram os novos conhecimentos.

Avaliação formativa – compreendida como uma forma de prática avaliativa realizada na sequência do trabalho, ou seja, desenvolve-se na continuidade do ato educativo, tendo em vista a realização das orientações e mudanças necessárias a serem estabelecidas para a melhoria do processo de cognição. No processo desta forma de avaliação são envolvidos tanto alunos como professores.

Avaliação somativa – preocupa-se em acompanhar o desempenho dos alunos em função dos objetivos definidos. Os resultados são comparados a padrões previamente estabelecidos, no sentido de comprovar o aproveitamento da aprendizagem.

4.6.1 Autoavaliação

A autoavaliação oportuniza ao aluno a prática da reflexão para que o mesmo possa discernir concretamente o que aprendeu. Assim, desenvolverá a capacidade de analisar suas aptidões, distinguindo os diferentes níveis de seu domínio cognoscitivo. Reconhecendo-se como sujeito de processo de aprendizagem, aprenderá a enfrentar os desafios que se apresentam, adquirindo maior responsabilidade para enfrentar e aperfeiçoar seus estudos.

A seleção das técnicas e instrumentos de avaliação depende da natureza, da área, dos objetivos visados (informações, habilidades, atitudes, das condições de tempo do professor e do número de alunos). A escolha de técnica e instrumentos não é feita de forma aleatória. Essa seleção deve ser realizada durante o processo de planejamento de ensino, tendo em vista a adequação dos recursos de avaliação aos objetivos propostos e aos conteúdos e atividades desenvolvidas no processo de ensino-aprendizagem.

As formas de avaliação apresentam, cada uma delas, vantagens e desvantagens na sua utilização que não podem ser desconhecidas. Conhecer os aspectos favoráveis e desfavoráveis de cada técnica ajuda o professor a escolher de forma adequada os instrumentos, recursos de avaliação, selecionando aqueles que são mais condizentes com os objetivos propostos.

Para se obter um julgamento de qualidade, não é adequada a utilização de uma única forma de avaliação. Portanto, a autoavaliação torna-se benéfica, podendo compartilhar responsabilidade de participação no julgamento para embasar a tomada de decisões.

Dentro de um conceito contemporâneo, a avaliação deixa de ser uma etapa final do trabalho didático de ensino-aprendizagem para constituir-se parte do processo. Ela ultrapassa a finalidade da prova de nota e constitui-se em estratégia para subsidiar a reelaboração dos fundamentos educacionais, a partir da constatação das dificuldades dos alunos. Constitui-se num elemento importante para identificação de futuras ações para a reestruturação do processo pedagógico, a fim de que possa haver avanço na aprendizagem.

A preocupação com a aprendizagem, sob um conceito mais amplo de avaliar, permite a instrumentalização do aluno de forma criativa, sob o enfoque diferenciado de conduzir o trabalho docente, que permite investir na superação das dificuldades dos alunos. O professor estará buscando procedimentos que poderão ajudá-lo a resolver as dificuldades, contando com o auxílio do aluno, que certamente saberá considerar seu avanço, valorizando os conhecimentos prévios que apresenta.

A relação professor-aluno será favorecida com a autoavaliação, pois certamente provocará maior confiança e integração entre os mesmos, facilitando a difusão e análise dos resultados. E, ainda, ambos se manifestarão atentos às ações subsequentes.

4.6.2 Portfólio

O portfólio constitui-se num instrumento auxiliar ao processo de ensino-aprendizagem, capaz de significar as experiências educativas do aprendiz. Proporciona a aquisição do conhecimento um favorável estímulo a novas aprendizagens. Além de individualizar o desenvolvimento, contribui para que cada aluno determine seu ritmo de trabalho, bem como o domínio e abrangência da diversidade cultural de seu interesse.

Conforme Boas (2004), como instrumento do projeto pedagógico de avaliação, o portfólio permite que o professor vislumbre o desenvolvimento do aluno numa sequência lógica, contínua e criativa. Assim, poderá atender o aluno de forma mais proveitosa, pois terá facilidade não apenas para identificar as deficiências, mas principalmente para constatar se ele alcançou os objetivos que foram estabelecidos.

Portanto, a utilização do portfólio possibilita que o aluno seja protegido de avaliação injusta, uma vez que representa uma importante via para melhorar o nível de conhecimento, ao mesmo tempo em que permite que o professor trabalhe de forma interdisciplinar, dando ao estudante liberdade para criar ou construir formas diferenciadas de interagir com o conhecimento, podendo expandir o nível de estudo para outras áreas.

A construção do portfólio como experiência diferenciada de aprendizagem permite a troca de ideias entre os alunos, favorece a comunicação e o estabelecimento de novos vínculos, além de fortalecer o relacionamento entre professores e alunos. Desta forma, poderá constar das tarefas do cotidiano escolar para que a atividade avaliativa se torne uma proveitosa experiência interacional.

O estabelecimento da dialogicidade, colhendo informações, opiniões, selecionando e captando materiais, favorece profundamente sua relação com a aprendizagem e, ainda, permite a expansão de novas ideias. Portanto, o uso da dialogicidade pode desempenhar produtiva função no desenvolvimento do educando.



Considerações finais

A didática objetivamente preocupa-se com a proposição de diretrizes e orientações sobre a organização didático-pedagógica da prática educativa, considerando a necessidade de assegurar um domínio dos conteúdos, como base para a construção científica e profissional do professor, bem como para a formação da consciência crítica das funções sócio-políticas e pedagógicas do ensino.

Como sabemos, a docência apresenta alguns aspectos comuns a todos os profissionais, que conferem identidade à profissão. Dentre os aspectos relevantes para o êxito da docência, destaca-se a segurança pessoal, vinculada ao gosto pelo estudo e o prazer pelo ensino. O ato educativo, como fenômeno consciente e intencional, objetiva a incorporação dos elementos culturais necessários à organização dos fatores, por meio dos quais se alcança o conhecimento dos aspectos relevantes para o êxito do desenvolvimento do processo educacional. As interrogações referentes ao processo de ensino-aprendizagem são inúmeras e a busca de respostas convincentes é contínua. Assim, o estudo

da didática como disciplina básica impõe-se, nesse contexto, como uma valorização reflexiva do conhecimento, uma vez que só haverá conhecimento se o sujeito conseguir apreender o objeto de estudo, isto é, conseguir representá-lo mentalmente na construção de saberes que serão disponibilizados à prática social.

Portanto, o conhecimento, como principal fator de inovação possível ao homem, constitui-se num processo dinâmico que orienta a existência humana e como um guia para a ação pedagógica deve ser continuamente buscado pelo professor. A preocupação em manter-se atualizado, sob a manifestação do interesse pessoal, induz o educador a aperfeiçoar-se por intermédio do estudo, da pesquisa, da investigação das questões que fundamentam o processo educativo, considerando a relevância do ato de ensinar e os benefícios da aprendizagem significativa. Ao ensinar, o professor, além de manter-se atento ao conteúdo, procura desenvolver uma série de competências pessoais e sociais, que distingue como essenciais no desafio para a formação dos educandos, considerando sua inserção e atuação na sociedade. Assim, num esforço contínuo, o educador, além de estimular o aluno a querer aprender, deve levá-lo a aprender realmente. E, para que o fenômeno da aprendizagem se concretize, é preciso fomentar desafios que signifiquem a interatividade do educando com as práticas educativas.

As dinâmicas metodológicas constituem-se instrumentos de revitalização do desejo de aprender, uma vez que aguçam a curiosidade, estimulam as funções cognitivas, liberam emoções e conduzem à criativa explicitação das capacidades. Atuam tanto expandindo como ampliando o imaginário do aluno, na otimização do processo pedagógico, cujos objetivos prenunciam a contribuição dos conteúdos para a construção do conhecimento. O aluno como sujeito tem que aprender, e por meio do aprender se constitui sujeito.



Referências

ALCUDIA, Rosa. *Atenção à diversidade*. Trad. Daisy Vaz De Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BEHRENS, Marilda Aparecida. Paradigmas da Ciência que levam à reprodução do conhecimento. In: BEHRENS, Marilda Aparecida. *O paradigma emergente e a prática pedagógica*. Curitiba: Champagnat, 1999.

BLOOM, Benjamin S. et al. *Taxionomia de objetivos educacionais, domínio cognitivo*. Trad. Flávia Maria Sant'Anna. Porto Alegre: Globo, 1972.

BOAS, Benigna Maria de Freitas Villas. *Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico*. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

BORDENAVE, Juan Díaz; PEREIRA, Adair Martins. *Estratégias de Ensino-Aprendizagem*. Petrópolis: Vozes, 1977.

BRASIL, *Constituição Federal do Brasil*. 1988.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei 9394/96 de 20 de dezembro de 1996.

BRAZELTON, Berry T; GREENSPAN, Staley I. *As necessidades essenciais das crianças*. O que toda criança precisa para crescer, aprender e se desenvolver. Porto Alegre: Artmed, 2002.

COMÊNIO, João Amós. *Didática Magna: tratado da arte universal de ensinar tudo a todos*. 5. ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1957.

DEMO, Pedro. *Conhecer e aprender*. Sabedoria dos limites e desafios. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

_____. *Avaliação qualitativa*. 3. ed. Coleção Polêmica do Nosso Tempo. Vol. 25. São Paulo: Cortez, 1991.

_____, (org). *O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores*. 2. ed. Campinas, Papirus, 2001.

ENGUITA, F. M. *A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artmed, 1989.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 20.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GAMBOA, Silvio Sánchez (org.). *Pesquisa educacional: quantidade-qualidade*. 5ª. Edição. São Paulo: Cortez, 2007.

GASPARIN, João Luis. *Uma Didática para a pedagogia histórico crítica*. 4. ed. Campinas, Autores Associados, 2007.

GROSSI, Esther. *Paixão de aprender*. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

GUIMARÃES, Valter Soares. *Formação de professores: Saberes, identidade, profissão*. Campinas, Papirus, 2004.

HOFFMAN, Jussara. *Avaliação Mediadora*. 15 ed. Porto Alegre: Mediação, 1999.

_____. *Avaliação: mito e desafio, uma perspectiva construtivista*. 12.ed. Porto Alegre: Mediação, 1991.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. *Tendências pedagógicas na prática escolar*. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. 1983. *Tendências pedagógicas na prática escolar*. Revista da Associação Nacional de Educação – ANDE, 1994.

_____. *Democratização da Escola Pública: A pedagogia crítico social dos conteúdos*. 8.ed. São Paulo: Loyola, 1989.

_____. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LOPES, Osima Antonia et al. *Repensando a Didática*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1990.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. 14.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINEZ, Maria Josefina; LAHORE, Carlos E. Oliveira. *Planejamento Escolar*. São Paulo: Saraiva e Fename, 1977.

MELO, Alessandro de; URBANETZ, Sandra Terezinha. *Fundamentos de didática*. Curitiba: IBPEX, 2008.

MYZUKAMI, Maria das G. N. *Ensino: as abordagens do processo*. São Paulo: EPU, 1986. (Cap. 1, 2, 3).

MORIN, Edgard. *Sete saberes necessários à educação do futuro*. 2.ed. São Paulo: Cortez, Brasília.: UNESCO, 2000.

NÓVOA, Antonio. *Professor se forma na escola*. Nova Escola. Ed. 142. Maio, 2001.

_____, (org). *As organizações escolares em análise*. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

PERRENOUD, Philippe. *Dez novas competências para ensinar*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artmed, 2000a.

_____. *Pedagogia diferenciada: das intenções à ação*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000b.

_____. *Formando professores profissionais: quais estratégias? Quais competências?* Porto Alegre: Artmed, 2001.

ROGERS, Carl. *Tornar-se pessoa*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SACRISTAN, J. Gimeno e PÉREZ. A.I. *Compreender e transformar o Ensino*. J. Gimene ; Trad. Ernani da Fonseca Rosa – 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 2.ed. São Paulo: Cortez. 1991.

SNYDERS, G. *Pedagogia Progressista*. Coimbra: Almedina, 1974.

SILVA, Marilda da. *Controvérsias em Didática*. Campinas, Papirus, 1995.

SHORES, Elizabeth F. *Manual de Portfólio: um guia passo a passo para professores*. Elizabeth F. Shores e Cathy Grace. Porto Alegre: Artmed, 2001.

TARDIF, Maurice(1999). *Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários*. Elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas conseqüências em relação à formação para o magistério. (Mimeo).

TURRA, Clodia Maria Godoy. *Planejamento de Ensino e Avaliação*. 2ª ed. Porto Alegre: PUC, EMMA, 1975.

VEIGA, Ilma Passos Alecastro (org). *A Prática pedagógica do professor de didática*. 2.ed.Campinas, Papirus, 1991.

_____, (org). *Técnicas de ensino: por que não?* Campinas, Papirus, 1991.

_____, (org). *Repensando a didática*. 24. ed. Campinas, Papirus, 1991.

VYGOTSKY, Lev. *Pensamento e Linguagem*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.